

PUBLICIDADE LEGAL

INDÚSTRIA DE PEÇAS INPEL S.A.

CNPJ sob nº 89.723.845/0001-19 NIRE 43.3.0001820.2

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Na qualidade de Diretores, convocamos todos os acionistas da Companhia INDÚSTRIA DE PEÇAS INPEL S/A., CNPJ sob nº 89.723.845/0001-19, sociedade anônima de capital fechado, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 05 de junho de 2026, às 10:00h em Primeira e às 10:15h em Segunda Convocação, na sede social da Companhia, localizada na Rua Impel, nº 29, bairro Colonial, em Sapucaia do Sul-RS, CEP 93212-280, para a apresentação, discussão e deliberação dos temas propostos na seguinte Ordem do Dia: I-Em Assembleia Geral Ordinária: Ratificar integralmente as deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 06 de abril de 2026, especificamente: I.1) - Reapresentação do balanço e demais demonstrações financeiras da Companhia; I.2) - Reapresentação das Contas pelos Diretores; I.3) - Ratificação da deliberação acerca da destinação dos Lucros e distribuição de dividendos; I.4) - Ratificação de todos os atos praticados pela administração desde a realização da Assembleia Geral Ordinária ora ratificada. II-Em Assembleia Geral Extraordinária: II.1) - Ratificar integralmente as deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 06 de abril de 2026, relativamente às matérias de natureza extraordinária então apreciadas; II.2) - Reapreciar e reaprovar a criação do Conselho de Administração; II.3) - Reapreciar e reaprovar sobre a verba a ser destinada ao Conselho de Administração; II.4) - Reapreciar e reaprovar as atribuições do Conselho de Administração; II.5) - Reapreciar e reaprovar as disposições estatutárias acerca da Diretora da companhia e eleição de Diretor; II.6) - Reapreciar e reaprovar as alterações do estatuto social da companhia para validar a criação do Conselho de Administração e demais ajustes; II.7) - Reapreciar e reaprovar a eleição dos primeiros membros do Conselho de Administração; II.8) - Reapreciar e reaprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia; II.9) - e) deliberar sobre demais atos necessários à regularização e convalidação das deliberações anteriormente tomadas; II.10) - Ratificação de todos os atos praticados pelos Conselheiros desde a realização da Assembleia Geral Ordinária ora ratificada; e II.11) - outros assuntos diversos. As demonstrações financeiras e demais documentos encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, desde a data desta convocação.

Sapucaia do Sul-RS, 29 de maio de 2026.

A Diretoria

Posicione sua marca
no centro das decisões
estratégicas.

Alcance um público qualificado,
formado por gestores, empresários e tomadores
de decisão do sul do país.



Acesse
o QR Code
e anuncie
no JC

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS



Baixe o App:



PUBLICIDADE LEGAL

VICÊNCIO PALUDO, FILHOS & CIA. LTDA. - CNPJ/RF nº 91.615.039/0001-79 - NIRE 43200238553. **Reunião de Quotistas - Edital De Convocação.** Ficam os sócios da **Vicêncio Paludo, Filhos & Cia. Ltda.** (a "Sociedade"), convocados a se reunirem em Reunião de Quotistas, a ser realizada aos 08 (oito) dias do mês de junho de 2026, às 10 horas, sob a forma exclusivamente digital e remota, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), a fim de discutir e deliberar sobre: a) as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025; e, b) a renratificação dos termos da Reunião Extraordinária de Quotista realizada em 07 de maio de 2025 e registrada na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul sob n. 11050276 e a consolidação o Contrato Social da Sociedade. **Informações Gerais** **1. Documentos à disposição dos sócios.** Os documentos pertinentes ao item a da ordem do dia a serem analisados na reunião encontram-se disponíveis na sede social da Sociedade. **2. Participação dos sócios na Reunião.** Os sócios que desejarem participar da reunião deverão solicitar seu credenciamento até às 14h do dia 03 de junho de 2026, pelo e-mail camilla.oliveira@vipal.com.br, informando os dados do participante e encaminhando os documentos indicados no item 3 abaixo. Após a validação da documentação, a Sociedade encaminhará ao e-mail informado o link e as instruções de acesso à plataforma digital. O acesso será restrito aos sócios devidamente credenciados dentro do prazo estabelecido. Caso o participante não receba as instruções de acesso até 24 horas antes da realização da reunião, deverá entrar em contato pelo e-mail ou telefone (51) 3205-3555. **3. Documentação para participação.** Os representantes legais dos sócios deverão apresentar os documentos societários que comprovem seus poderes de representação, bem como documento de identificação com foto. Na hipótese de representação por procurador, deverá ser apresentado instrumento de mandato outorgado há menos de 1 (um) ano, nos termos do §1º do art. 1.074 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil). **4. Informações adicionais.** A Sociedade não se responsabiliza por problemas de conexão, equipamentos ou quaisquer questões técnicas alheias ao seu controle que possam dificultar a participação na reunião. Recomenda-se que os participantes verifiquem previamente a compatibilidade de seus dispositivos com a plataforma digital. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas pelo e-mail camilla.oliveira@vipal.com.br. Nova Prata (RS), 27 de maio de 2026. **Arindo Paludo - Diretor**

Com visual dinâmico e navegação intuitiva, ficou mais fácil se informar.



Baixe já o app do JC.



Siga nossas redes sociais: [f](#) [@](#) [X](#) [d](#) [v](#) [in](#)

PUBLICIDADE LEGAL

GRUPO K1 S.A.				Relatório da Administração													
CNPJ: 00.912.882/0001-61				Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Tupandi, 18 de maio de 2026. A Administração.													
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.																	
Balanco Patrimonial								Demonstração do Resultado									
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado		Resultado	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Circulante																	
Caixa e equivalentes de caixa	4	80.494	26.476	81.768	27.099	Fornecedores	12	56.838	46.156	59.231	47.350	Resultado	18	784.854	732.300	801.867	750.579
Contas a receber de clientes	5	182.452	134.090	184.656	140.555	Empréstimos e financiamentos	13	98.171	71.744	98.224	71.850	(-) Custo dos produtos vendidos	20	(501.800)	(469.894)	(513.693)	(483.812)
Estoques	6	85.673	83.854	93.507	86.327	Impostos e contribuições a recolher	14	16.690	15.400	17.376	16.082	(=) Lucro bruto		283.054	262.406	288.174	266.767
Impostos a recuperar		6.211	2.988	6.660	3.026	Salários a pagar		6.208	5.057	6.498	5.326	Despesas comerciais	21	(178.056)	(139.294)	(182.402)	(142.364)
Adiantamentos		6.686	5.864	6.893	6.003	Provisão de férias e encargos		14.477	11.093	14.948	11.448	Despesas gerais e administrativas	21	(75.365)	(60.800)	(83.552)	(62.326)
Despesas antecipadas		753	1.297	774	1.297	Distribuições de lucros a pagar	15	8.825	6.295	8.825	6.295	Outras receitas (despesas) operacionais	22	26.674	9.124	28.401	11.247
Outros créditos		1.330	1.009	1.626	1.025	Outras contas a pagar		17.786	22.784	19.187	23.263	Resultado de equivalência patrimonial	9	(5.848)	1.850	-	-
Total circulante		363.599	255.578	375.884	265.332	Total circulante		218.995	178.529	224.289	181.614	(+/-) Despesas/receitas operacionais		(232.595)	(189.120)	(237.553)	(193.443)
Não circulante						Empréstimos e financiamentos	13	309.296	211.276	309.296	211.329	(=) Lucro oper. antes do res. financeiro		50.459	73.286	50.621	73.324
Aplicação financeira LP	4	1.067	1.027	1.067	1.027	Impostos e contribuições a recolher	14	7.024	7.889	7.370	7.889	Receitas financeiras		6.906	3.802	7.181	3.789
Outros créditos		713	2.314	713	2.314	IRPJ e CSLL diferidos	8	55.964	53.021	56.319	53.272	Despesas financeiras		(57.628)	(48.421)	(58.277)	(48.551)
Partes relacionadas	7	18.225	20.543	3.402	8.457	Partes relacionadas	7	11.257	10.953	11.404	10.954	(=) Resultado financeiro líquido	23	(50.722)	(44.619)	(51.096)	(44.762)
IRPJ e CSLL diferidos	8	12.230	12.258	14.804	14.517	Distribuições de lucros a pagar	15	32.146	-	32.146	-	(=) Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(263)	28.667	(475)	28.562
		32.235	36.142	19.986	26.315	Provisões para garantias		192	210	196	215	(-) IR e contribuição social - corrente	24	(46)	(4.906)	(46)	(4.906)
Investimentos	9	5.201	5.626	136	63	Provisões para contingências	16	5.034	1.892	5.034	1.924	(-/+) IR e contribuição social - diferidos	8	(2.970)	(1.823)	(2.759)	(1.715)
Propriedades para investimentos	10	22.171	13.132	22.171	13.132	Outras contas a pagar		2.000	3.000	2.750	3.916	(=) Lucro (Prejuízo) do exercício		(3.279)	21.938	(3.280)	21.941
Imobilizado	11	327.092	322.875	339.026	332.864	Total não circulante		422.913	288.241	424.515	289.499	Lucro (prej.) liq. do exerc. atribuível à:					
Intangível		2.219	3.519	2.219	3.519	Patrimônio líquido	17	60.015	60.015	60.015	60.015	Acionista controlador		(3.279)	21.938	(3.279)	21.938
		356.683	345.152	363.552	349.578	Capital social		24.617	25.886	24.617	25.886	Acionista não controlador		-	-	(1)	3
Total não circulante		388.918	381.294	383.538	375.893	Reserva de reavaliação		20.111	84.201	20.111	84.201	(=) Lucro (Prejuízo) do exercício		(3.279)	21.938	(3.280)	21.941
Total do ativo		752.517	636.872	759.422	641.225	Reserva de lucros		5.866	-	5.866	-	Result. abrang. p/ó exerc. liq. de impostos		2.587	21.098	2.586	21.101
						Outros resultados abrangentes		110.609	170.102	110.609	170.102	Demonstrações do Resultado Abrangente					
						Patr. líquido atrib. aos acion. não controlad.		110.609	170.102	110.609	170.102	Resultado		2025	2024	2025	2024
						Total do patrimônio líquido		752.517	636.872	759.422	641.225	Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(3.279)	21.938	(3.280)	21.941
						Total do passivo e do patrimônio líquido		752.517	636.872	759.422	641.225	Outros resultados abrangentes:					
												Ajustes acumulados de conversão		(100)	-	(100)	-
												Ajustes de avaliação patrimonial		5.966	(840)	5.966	(840)
												Result. abrang. p/ó exerc. liq. de impostos		2.587	21.098	2.586	21.101
												Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto					
												Fluxo de caixa das ativ. operacionais		2025	2024	2025	2024
												Resultado do exercício antes dos impostos		(263)	28.667	(475)	28.564
												Ajustes por:					
												Depreciações e amortizações		18.036	16.934	18.500	17.249
												Amortização ágio		1.300	1.300	1.300	1.300
												Provisões para garantias		(17)	60	(19)	60
												Provisão para contingências		3.142	(339)	3.110	(307)
												Valor justo propriedades para investimento		(9.039)	-	(9.039)	-
												Resultado de equivalência patrimonial		5.848	(1.850)	-	-
												Total		19.007	44.772	13.377	46.866
												(Aumento) redução em ativos					
												Contas a receber de clientes		48.362	(20.792)	(44.101)	(23.179)
												Estoques		(1.820)	(13.459)	(7.181)	(13.176)
												Impostos a recuperar		(3.222)	248	(3.633)	243
												Despesas Antecipadas		544	695	523	710
												Adiantamentos		(822)	(659)	(874)	(509)
												Outros créditos		1.279	692	983	678
												Aumento (redução) em passivos					
												Fornecedores		10.681	3.186	11.880	3.346
												Impostos e contribuições a recolher		425	(1.237)	775	(1.011)
												Salários a pagar		1.151	952	1.172	977
												Provisão de férias e encargos		3.384	4.624	3.500	4.823
												Outras contas a pagar		(5.996)	3.616	(5.241)	3.336
												(23.751)	22.638	(28.820)	23.104		
												Imposto de renda e contribuição social		(46)	(4.906)	(46)	(4.906)
												Caixa líquido gerado nas ativ. operacionais		(23.797)	17.732	(28.866)	18.198
												Fluxo de caixa das ativ. de investimento					
												Múltiplas partes relacionadas		2.622	(3.717)	5.505	(3.605)
												Investimentos		(5.423)	471	(73)	471
												Aquisições de imobilizado e intangível		(22.252)	(19.215)	(24.660)	(19.953)
												Aplicações financeiras - LP		(40)	(40)	-	-
												Caixa líquido aplic. nas ativ. de investimentos		(25.093)	(22.461)	(19.268)	(23.087)
												Fluxo de caixa das ativ. de financiamento					
												Outras destinações do patrimônio líquido		(828)	(68)	(828)	(68)
												Pagamento dividendos		(20.710)	(13.258)	(20.710)	(13.258)
												Captação (liquidação) de empréstimos		124.446	1.820	124.341	1.765
												Caixa líquido aplic. nas ativ. de financ.		102.908	(11.506)	102.803	(11.561)
												Aum. (Redução) do caixa e equiv. de caixa		54.018	(16.235)	54.669	(16.450)
												No início do exercício		26.476	42.711	27.099	43.549
												No fim do exercício		80.494	26.476	81.768	27.099
												Redução do caixa e equivalentes de caixa		54.018	(16.235)	54.669	(16.450)

1. Contexto Operacional: O Grupo K1 S.A. é uma sociedade anônima, com sede na Cidade de Tupandi, no Estado do Rio Grande do Sul, possui uma área de 200 mil m² e aproximadamente 2.100 colaboradores. O Grupo K1 S.A. tem por objetivo explorar isoladamente ou cumulativamente as atividades de indústria, comércio e exportação de móveis, importação de produtos, matéria-prima e móveis; indústrias de móveis de metal e utensílios domésticos.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com atendimento à Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. A administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. Ressaltamos ainda que as práticas contábeis consideradas materiais não foram incluídas nas demonstrações financeiras e aquelas necessárias estão sendo divulgadas juntamente com a nota explicativa relacionada. As demonstrações financeiras do Grupo K1 S.A. foram aprovadas em reunião de diretoria realizada em 18 de maio de 2026.

a) Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas mencionadas abaixo:

Nome	Principal atividade	País sede	% participação	
			2025	2024
Grupo K1 Nordeste S/A	Fabricação de móveis	Brasil		

→ **continuação**

Mensuração do valor justo: As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangível	O método <i>multi-period excess earnings</i> considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos de contribuição.
Estoques	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os estoques.

(b) Contraprestação transferida: A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação transferida.

Caixa	480.046
Contraprestação contingente (ii) (Nota explicativa 4(c))	14.141
Total da contraprestação transferida	494.187

O preço de aquisição foi calculado da seguinte forma: *Enterprise value* de R\$ 800.000, deduzido por (i) R\$ 247.955 referentes a créditos tributários de PIS e COFINS existentes em 31/12/23 e (ii) acrescido ou deduzido dos ajustes de capital de giro e endividamento na data de fechamento. A contraprestação transferida pela aquisição do controle do negócio é formada por pagamentos em caixa, os quais incluem o preço de aquisição base após os ajustes de capital de giro e endividamento líquido na data do fechamento, sendo este montante corrigido até as datas de vencimento definidas em contrato por CDI + 2% a.a. e parcela a ser paga em caixa a título de antecipação de créditos tributários a recuperar, sem quaisquer correções monetárias, no montante líquido e certo de R\$ 80.000, o qual será pago no mesmo fluxo de vencimentos previsto para o preço de aquisição. O fluxo de pagamentos previsto em contrato para a contraprestação transferida consistiu em pagamento à vista de 40% na data de fechamento e o restante em 3 parcelas anuais que correspondem em cada data de vencimento a 20% do total da contraprestação transferida. **(c) Contraprestação contingente:** Além dos valores mencionados acima, foi previsto que seria pago pela Be&S.A. (Compradora) o valor de até R\$ 100.000 a título de adiantamento dos créditos tributários. Conforme definido contratualmente, o valor de adiantamento de créditos é devido pela Compradora aos Vendedores em conjunto do preço de aquisição, sendo os pagamentos nas mesmas datas. Todavia, na última parcela relativa ao adiantamento dos créditos tributários, sendo que esta parcela perfaz o montante de R\$ 20.000, o pagamento está condicionado à recuperação de determinado valor de créditos tributários. Desta forma, a última parcela de antecipação de créditos tributários foi considerada uma contraprestação contingente na aplicação do método de aquisição. Adicionalmente, a parcela remanescente de créditos tributários de R\$ 147.955 (ou seja, R\$ 247.955 deduzidos do adiantamento de créditos tributários de até R\$ 100.000 a ser efetuado pela Compradora), conforme previsto contratualmente, será devido pelas adquiridas aos Vendedores à medida que forem recuperados após a finalização do pagamento de antecipação dos créditos devidos pela Compradora, sendo observado o prazo de até 5 anos após a data de fechamento. Desta forma, a parcela remanescente de créditos tributários foi reconhecida na data de fechamento como um passivo no balanço das adquiridas devido aos antigos sócios, sendo este classificado no passivo não circulante. **(d) Custo de aquisição:** O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 2.225 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como "Despesas gerais e administrativas" na demonstração de resultado na controladora. **(e) Ágio:** O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida (Nota explicativa 4 (b))	494.187
Patrimônio líquido adquirido (Nota explicativa 4 (a))	249.124
Ativos identificáveis	
Valor justo dos estoques (i)	4.108
Valor justo do imobilizado (ii)	26.452
Valor justo do intangível (iii)	94.488
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	120.015

(i) Os estoques das adquiridas na data de aquisição eram compostos por produtos acabados. Para avaliação dos estoques foram efetuados inventários e os itens foram avaliados a valor justo. O valor justo alocado aos estoques foi de R\$ 4.108 em 13/01/25. O método de mensuração do valor justo está descrito na nota explicativa 3(a). (ii) O ativo imobilizado das adquiridas na data da aquisição era composto majoritariamente por terrenos, edificações e máquinas e equipamentos. Para a avaliação do imobilizado foram efetuados levantamento físico dos ativos e aplicado o método comparativo direto de dados de mercado, o método de quantificação do custo e custo histórico. O primeiro consiste em analisar as condições de mercado e transações comparáveis ao ativo que está sendo avaliado e, assim, determinar o valor justo onde os dados confiáveis e disponíveis sobre as vendas podem ser encontrados. O segundo método consiste em avaliar o valor e os valores associados para substituição, reposição ou reprodução dos ativos. No método de avaliação pelo custo histórico, o valor do bem é determinado a partir da atualização monetária do seu custo de aquisição, apurado em registros contábeis e aplicando-se índices econômicos específicos, geralmente utilizados por órgãos competentes e oficiais. O valor justo alocado ao imobilizado foi de R\$ 26.452 em 13/01/25. O valor justo alocado ao imobilizado será depreciado pelo prazo da sua vida útil. (iii) O ativo intangível identificado, cujo valor justo pode ser mensurado com segurança pela Companhia, refere-se à carteira de clientes. A carteira de clientes foi avaliada pelo método MPEEM ("Multi Period Excess Earnings Method"), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foram aplicadas sobre a base de receitas uma taxa de rotatividade (*churn rate*), estimada com base na análise da carteira de clientes e faturamento histórico, representando uma vida útil econômica de 4,97 anos. O valor justo alocado ao relacionamento com clientes, na data de aquisição, foi de R\$ 94.488, o qual será amortizado pelo prazo da sua vida útil. O ágio apurado no montante de R\$ 120.015 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição e ampliação da atuação da Be&S.A. nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do Brasil. O ágio reconhecido tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. Adicionalmente, não foram constituídos impostos diferidos sobre os efeitos de valor justo de estoques, imobilizado e intangível devido à intenção da Administração de incorporar as adquiridas no futuro. **5. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi autorizada pela Administração da Companhia em 22/05/26. **6. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Cada controlada do Grupo determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são convertidas para o Real na data do fechamento. A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

Controlada	País	Moeda funcional
Be&S.A.	Brasil	Real
Instituto Educacional de Passo Fundo IE Ltda.	Brasil	Real
ECB Aeroportos S.A.	Brasil	Real
Be& Comércio Importação e Exportação Ltda.	Brasil	Real
Be& Switzerland S.A.	Suíça	Franco suíço
Be& Immo S.A.	Suíça	Franco suíço
Be& Biodiesel S.A.	Suíça	Franco suíço
	Emirados Arabes	Dírhm dos Emirados
Beehgt Meena S.A.	Unidos	Arabes Unidos
Omega Green S.A.	Paraguai	Guarani paraguaio
Be& Exportação e Importação Ltda.	Brasil	Real
Be& Agro S.A.	Brasil	Real
Be& Paraguay S.A.	Paraguai	Dólar americano
Agroindustrial La Paloma S.A.	Paraguai	Dólar americano
Bioenergy S.A.	Paraguai	Dólar americano
Be& Nova Marilândia Ltda.	Brasil	Real
Be& Santo Antônio do Tauá Ltda.	Brasil	Real
Be& Cuiabá Ltda.	Brasil	Real
Be& Florianópolis Ltda.	Brasil	Real

7. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros e consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **7.1 Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas:** Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **a. Perda (impairment) do ágio:** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 20). **b. Valor justo de derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Administração usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **c. Contabilização e apresentação de contingências:** São contabilizadas provisões de contingências passivas, quando o Grupo possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, e há provável saída de recursos para liquidar a obrigação e essa possa ser estimada de forma confiável. Para passivos contingentes possíveis de ocorrer, mas não prováveis, o Grupo divulga a existência dos mesmos, porém não efetua registro contábil de provisão. **d. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **Nível 2: inputs**, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3: inputs**, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). O grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 3** - Aquisição de controladas; • **Nota explicativa 11** - instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ECB Holding S.A.

• **Nota explicativa 18** - propriedades para investimento. **e. Recuperabilidade de impostos diferidos ativos:** Conforme divulgado na nota explicativa 25, o Grupo possui ativos fiscais diferidos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. As premissas consideradas para a mensuração do lucro tributável se amparam principalmente no orçamento do Grupo para os próximos anos, juntamente aos comparativos relacionados a médias históricas de saldos ajudam a traçar a expectativa futura de lucro no que se refere à interferência da sazonalidade no resultado do Grupo. Estas premissas utilizadas na construção do orçamento para anos futuros, bem como na definição da base tributável futura tem em vista as incertezas que giram em torno dos aspectos tributários para os anos seguintes. Os preços de *commodities* comercializadas e adquiridas pelo Grupo, bem como mudanças de legislação, adoção de benefícios e incentivos fiscais podem trazer alterações relevantes na projeção. **8. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • Passivos atrelados a *commodities* (fornecedores a fixar) mensurados a valor justo; e • As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo. **9. Políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **9.1 Base de consolidação: (i) Combinações de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuem, significativamente, para a capacidade de gerar *output*. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **(ii) Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras das controladas não incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(iii) Perda de controle:** Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia reter qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **(iv) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **9.2 Moeda estrangeira: a. Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **b. Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio médias do exercício. As taxas utilizadas para fins de conversão das operações do exterior em 31/12/25, foram as seguintes:

Moeda	País	Taxa de fechamento	Taxa média
Guarani	Paraguai	0,0008395	0,0008039
Franco Suíço	Suíça	6,9457	6,8477
Dólar	Paraguai	5,5024	5,453

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se a Companhia baixar parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando a Companhia baixar apenas parte de uma associada ou *joint venture*, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado. **9.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **9.4 Instrumentos financeiros: 9.4.1 Classificação:** O Grupo classifica os seus ativos e passivos financeiros nas categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); (b) mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (c) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, tendo por base o modelo de negócios e as características de fluxos de caixa contratuais. **a. Valor justo por meio do resultado:** Todos ativos e passivos financeiros que não atendem aos critérios de classificação mensurados como custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados por seu valor justo por meio do resultado, e suas variações são reconhecidas no resultado do período, como receita ou despesa financeira dependendo do resultado obtido. **b. Custo amortizado:** São incluídos nesta categoria os passivos financeiros e ativos financeiros de dívida simples, cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais. São atualizados pelo método de juros efetivos, reconhecendo as receitas ou despesas de juros no resultado, ao longo do período pertinente com base na taxa de juros efetiva. **9.4.2 Reconhecimento, mensuração, desreconhecimento e compensação:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, são reconhecidos inicialmente pelo preço de transação, sendo normalmente o valor justo do instrumento financeiro. Se determinar que o valor justo no reconhecimento inicial se difere do preço da transação, e for comprovado por preço cotado em mercado ativo ou passivo líquido (Nível 1) a entidade deve reconhecer a diferença entre o valor justo inicial e o preço da transação como ganho ou perda. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro. O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificados são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, são contabilizados usando o método da taxa de juros efetivos, amortizando quaisquer taxas incluídas no cálculo da taxa de juros efetiva ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Os investimentos em instrumentos patrimoniais e contratos relativos a esses instrumentos devem ser reconhecidos pelo valor justo. Contudo, em circunstâncias limitadas, o custo pode ser uma estimativa apropriada do valor justo, caso não haja informações suficientes mais recentes disponíveis para mensurar o valor justo. O valor justo dos investimentos com cotação pública se baseia nos preços atuais de mercado. Para os ativos financeiros sem mercado ativo, o valor justo é estabelecido por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem a comparação com operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções. **9.4.3 Impairment de ativos financeiros:** O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. O Grupo mensura a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. **9.4.4 Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado:** As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente no resultado do exercício, na rubrica "(Perdas)/Ganhos com instrumentos financeiros derivativos, líquidos". O Controlada Be& está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades da Controlada Be&. A moeda funcional do Grupo é principalmente o Real. As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas são: Real, Dólar Americano (USD), Guaraní (Paraguai) e Franco Suíço (CHF). **9.4.5 Derivativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** A política de gestão de risco da Controlada Be& é fazer *hedging* de sua exposição esperada em moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas no curso normal do negócio. A Controlada Be& utiliza contratos futuros e *swaps* para proteger seu risco cambial. Tais contratos são geralmente designados como *hedges* de fluxo de caixa. Relacionado aos *hedges* do complexo Soja (soja, farelo, óleo e seus derivados), a Controlada Be& designa integralmente o contrato de câmbio a nível como instrumento de *hedge*. Por fim, o *hedge* de empréstimos na modalidade 4131, o Grupo designa integralmente os contratos de *swaps* como instrumento de *hedge*. A política determina que as condições críticas dos contratos de câmbio a termo sejam consistentes com o item objeto de *hedge*. A controlada Be& determina a existência de uma relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com base na moeda, no valor e no momento dos respectivos fluxos de caixa. O Grupo avalia se há a expectativa de que o derivativo designado em cada relação de *hedge* compense mudanças e se foi eficaz na com-

penção de mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge utilizando o método de variabilidade reduzida. Nessas relações de hedge, as principais fontes de ineficiência são: • Efeito do próprio risco de crédito do Grupo e das contrapartes sobre o valor justo dos contratos de câmbio a termo e *swaps*, o que não é refletido na mudança no valor justo dos fluxos de caixa objeto de *hedge* atribuíveis à mudança nas taxas de câmbio; e • Mudanças no momento de realização das operações objeto de *hedge*. **9.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo preço de transação, e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para *impairment*, se necessária. A provisão para *impairment* é estabelecida quando existe uma evidência significativa de que não será possível receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas esperadas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. **9.6 Estoques:** Os estoques são mensurados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os custos dos estoques são determinados pelo método de avaliação de estoques "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende o custo de matéria-prima, mão de obra direta, outros custos diretos e os respectivos custos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado. O estoque de grãos adquiridos na modalidade "a fixar", por não haver um preço definido no momento da transação, este é reconhecido a valor de mercado no período de aquisição. **9.7 Ativos intangíveis: a. Ágio:** O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. **b. Programas de computador (softwares):** Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pelo Grupo e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, estimadas em aproximadamente quinze anos. **9.8 Imobilizado:** Os bens do imobilizado são registrados ao custo ou custo atribuído e depreciados pelo método linear ao longo da vida útil econômica dos bens. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. O Grupo não possui bens do ativo imobilizado que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos. As vidas úteis dos ativos imobilizados do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 19. **9.9 Propriedades para investimentos:** As propriedades para investimento são inicialmente mensuradas pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento. **9.10 Impairment de ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto propriedades para investimento, estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, exceto aquelas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **9.11 Contas a pagar: a. Fornecedores:** Os saldos de fornecedores estão classificados em duas modalidades, demonstradas a seguir: **Preço fixo:** obrigação junto aos fornecedores, demonstrados ao valor original de contratação, de acordo com os documentos fiscais remetidos pelos mesmos; **Preço a fixar:** obrigação junto aos fornecedores, em sua maioria cooperativas e produtores rurais, que realizaram a entrega dos produtos à Controlada Be&, contudo não definiriam preço final. O preço definitivo será acordado entre as partes dentro do prazo limite do contrato, que normalmente se dá dentro do próprio ano corrente. Os saldos de fornecedores a fixar estão demonstrados pelos valores originais e ajustados a valor de mercado, mensalmente. **9.12 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência. **9.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for líquido e certo que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando há uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **9.14 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes com êxito prováveis, ou seja, quando for provável a entrada de benefícios econômicos, são apenas divulgados em nota explicativa; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que o Grupo espera ser provável o desembolso de fluxos de caixa. Processos tributários, trabalhistas e civis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (c) obrigações legais são registradas como exigíveis. **9.15 Tributos sobre o lucro:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos e são lançados na demonstração do resultado do exercício, exceto quando estão relacionados à combinação de negócios ou a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. **9.15.1 Impostos correntes:** A despesa com imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. São consideradas as compensações de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de anos anteriores, limitada a 30% do lucro real. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **9.15.2 Impostos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos são reconhecidos apenas quando for provável que o Grupo apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseado-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **9.16 Reconhecimento de receita:** As orientações trazidas pela norma CPC 47 - "Receitas de Contratos com Clientes" requerem que as receitas sejam reconhecidas quando atenderem aos seguintes critérios: (a) o valor da receita puder ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos em cada uma das vendas realizadas, bem como a confirmação do crédito para a realização da transação e a transferência do controle do bem ou serviço for atendida. O Grupo reconhece a receita quando atinge sua obrigação de performance ao fornecer o produto ao cliente, em determinado momento no tempo, transferindo-lhe o controle sobre o mesmo, que ocorre geralmente quando da entrega física dos bens ou execução do serviço. No mercado interno, a receita é reconhecida por ocasião da remessa, ou entrega dos produtos, e para as vendas ao mercado externo, é reconhecida pelo efetivo embarque dos produtos. A receita na atividade de ensino compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços educacionais, no curso normal das atividades da Entidade. A receita é reconhecida de forma linear ao longo do período letivo, à medida que os serviços educacionais são efetivamente prestados aos alunos, refletindo o atendimento da obrigação de performance contratada.

→ continuação

As receitas são apresentadas líquidas dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Abaixo destacam-se os principais grupos de receita do Grupo: **a. Venda de produtos:** Comércio da produção própria de biocombustível, glicerina, óleos básicos vegetais, farelo de soja e outros produtos do processo produtivo. A receita ocorre no momento da retirada do produto na indústria quando este é de responsabilidade do cliente final, ou no momento da entrega quando é de responsabilidade da Controlada Be8 entregar, satisfazendo a obrigação de performance requerida de acordo com os critérios contábeis e normas vigentes. **b. Revenda de mercadorias:** A receita da revenda de mercadorias é reconhecida conforme as remessas ocorrem, visto que os produtos são comprados para comercialização e imediatamente revendidos após a compra e a mercadoria não transita fisicamente pelo estoque da Controlada Be8. **c. Prestação de serviços:** Industrialização por meio de serviço de esmagamento de grãos, serviços de armazenagem de grãos entre outros, sendo a receita de prestação de serviços reconhecida em momento específico no tempo, que é o momento da prestação do serviço. Prestação de serviços educacionais compreendendo turmas de educação infantil, ensino fundamental até o 9º (nono) ano e ensino médio. A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que os serviços educacionais são prestados, uma vez que os alunos consomem simultaneamente os benefícios gerados pela prestação do serviço. O reconhecimento da receita é realizado de forma linear durante o período letivo, com base nas mensalidades contratadas, refletindo a transferência contínua dos serviços ao cliente. **d. Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização. As principais receitas financeiras do Grupo são receitas de juros, variações cambiais positivas e ganhos com instrumentos financeiros derivativos. **9.17 Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se refere a um ativo, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados a valor justo, a subvenção governamental é reconhecida como receita diferida, no passivo, e lançada no resultado em base sistêmica e racional ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. **9.18 Capital social:** A estrutura societária atual é composta por 100% das ações pertencentes ao acionista controlador, em sua pessoa física. **9.19 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um Passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25% do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, da Lei nº 6.404/1976) somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **9.20 Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **(i) Como arrendatório:** O Grupo avalia seus contratos de arrendamento, analisando taxa de juros, prazos, valor dos bens arrendados e a intenção de compra ao final do contrato. Os contratos cujos prazos são iguais ou inferiores a 12 meses, ou ainda, ativos classificados como de baixo valor, são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos, quando aplicável. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas renúncias operativas do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento com essa mesma nomenclatura no balanço patrimonial. **(ii) Como arrendador:** A Controlada Be8 S.A. possui propriedades para investimento (nota explicativa 19), e recebe arrendamentos mensais conforme contratos contratuais. As receitas de arrendamento são contabilizadas em bases lineares no resultado do exercício e apresentadas na rubrica de "Outras receitas e despesas operacionais, líquidas" no resultado do exercício. **10. Normas novas ou revisadas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/01/25. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º/01/27. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **b. Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • Contratos de eletricidade relacionados a natureza (alterações na IFRS 9 e IFRS 7); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **11. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos:** **a. Contexto geral:** O Conselho de Administração da controlada Be8 S.A. tem a responsabilidade global de determinar os objetivos e políticas de gestão de risco da Companhia. O objetivo geral é estabelecer políticas que visam reduzir o risco ao máximo, sem afetar indevidamente a competitividade e flexibilidade da Companhia. A Controlada Be8 S.A. mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações, que atendem aos critérios de reconhecimento, estão integralmente reconhecidas na contabilidade. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para a proteção das margens operacionais da Controlada. Os saldos de instrumentos financeiros estão classificados conforme abaixo:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/24
Valor justo por meio do resultado		978	-	1.015.568
Caixa e bancos	12	978	-	82.202
Instrumentos financeiros derivativos	11(h)	-	-	19.366
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	42.857
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	37.886
Custo amortizado		450.508	50.569	1.153.533
Aplicações financeiras	12	-	6.308	43.848
Adiantamentos a fornecedores		-	-	100.685
Outras contas a receber		-	-	99.952
Contas a receber clientes	13	-	-	685.700
Aplicações financeiras vinculadas	21	-	-	52.205
Outras contas a receber de longo prazo		-	-	171.144
Dividendos a receber		450.000	36.602	-
Juros sobre o capital próprio a receber		-	-	7.451
Total Ativo		451.486	50.569	2.595.041
Passivo				1.637.240
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	11(h)	-	-	(21.917)
Fornecedores a fixar		-	-	(239)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(33.832)
Custo amortizado				(16.460)
Fornecedores	22	(323)	(80)	(1.485.814)
Fornecedores risco sacado		-	-	(3.323)
Adiantamento de clientes		-	-	(41.134)
Mensalidade antecipada		-	-	(21.125)
Contas a pagar pela aquisição de controlada	22	-	-	(230.591)
Passivos de arrendamento		-	-	(29.545)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	-	-	(2.965.533)
Dividendos a pagar		(450.000)	(7.451)	(450.000)
Outras contas a pagar		-	-	(170.319)
Total Passivo		(450.323)	(7.947)	(5.453.372)
Total Ativo + Passivo		1.163	42.622	(2.858.332)

Controladora e consolidado

Instrumento de hedge

Swaps de valor justo

Swap de R\$ 63 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)

Swap de R\$ 47 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)

Swap de R\$ 31,5 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)

Swap de R\$ 200 milhões (Ativo Pré+IPCA/Passivo CDI+Pré)

Swap de R\$ 52 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)

Swap de R\$ 52 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)

Swaps de fluxo de caixa

Swap de R\$ 121,3 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)

Swap de R\$ 55,7 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)

Swap de R\$ 50 milhões (Ativo Pré/ Passivo CDI+Pré)

e. Análise de sensibilidade: O grupo realiza operações com instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, para proteção contra a flutuação do câmbio e dos preços de venda das commodities que produz e comercializa, as quais estão atreladas à cotação do dólar e dos preços da soja e de seus derivados no mercado internacional. Foi elaborada análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros derivativos, agrupando-os conforme o fator de risco: variação cambial, variação nos preços das commodities e variação nos juros (CDI). Caso algum dos cenários propostos pela Administração venha a se realizar, tanto em situação de ganho ou de perda, os mesmos serão compensados em sua totalidade por efeito inverso apurado sobre a realização das receitas de vendas. O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. **e.1 Swaps:** Os swaps celebram uma troca de fluxo de caixa, onde este se compromete a pagar uma variação percentual do CDI - CETIP para o banco e recebendo deste a variação do

dólar. Essas operações visam proteger dívidas vinculadas à moeda estrangeira, no caso o dólar, portanto, a ponta cambial não apresenta nenhum tipo de risco, pois eventuais alterações na taxa do swap da variação cambial para ajuste junto à instituição financeira, ou seja, a liquidação será pela diferença entre as pontas. Finalmente, visando reduzir o risco da variação cambial, ao fazer o swap da variação cambial para CDI - CETIP contrata este simultaneamente com a operação em dólar, com mesma data de vencimento e sem intenção de liquidação antecipada desta. A Controladora Be8 também possui swaps enquadrados como swaps de troca de taxa prefixada para taxa pós-fixada, os quais são designados dentro da contabilidade de hedge como hedge de valor justo. **e.2 Análise de sensibilidade da oscilação do CDI, TJLP e IPCA:** Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador CDI, TJLP e IPCA das dívidas (posição 31/12/25), foram definidos dois cenários diferentes a partir da referência taxa desta data, estipulada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM). Com base nesta informação foram calculadas as variações com o agravamento dessas taxas em 10% e 15% que representam uma oscilação razoavelmente possível na avaliação da Administração.

Operações	Realista		10%		15%	
	Indo-xador	Taxa 31/12/25 % a.a.	Taxa R\$ % a.a.	Taxa R\$ % a.a.	Taxa R\$ % a.a.	Taxa R\$ % a.a.
Empréstimos	CDI	2.430.240	14,90	109.543	16,39	183.525
Empréstimos	IPCA	228.047	4,81	15.670	5,29	30.673
Empréstimos	TJLP	20.171	9,07	668	6,98	834
Empréstimos	TR	288.527	1,70	41.009	1,87	44.641
Total		2.966.985		166.890		259.673

f. Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de perda financeira se o cliente ou contraparte de um instrumento financeiro deixar de cumprir suas obrigações contratuais. O Grupo está exposto, principalmente, ao risco de crédito advindo de vendas a prazo. A política implementada em nível local, é avaliar o risco de crédito de novos clientes antes de realizar contratos. Essas avaliações de crédito são consideradas pelas práticas comerciais locais. Normalmente não é considerado necessária a exigência de garantias reais em relação às vendas a prazo. O Grupo não possui índices relevantes de inadimplência, bem como histórico de perdas efetivas com contas a receber de clientes. O Grupo não apresenta saldos com risco de crédito relevante (e substancialmente não *impaired*) em 31/12/25 e 31/12/24, contudo, reflete os riscos e incertezas futuras na provisão, de acordo com os conceitos do CPC 48. **g. Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa o risco de o Grupo enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. O risco de liquidez é monitorado através de constantes atualizações do fluxo de caixa, mantendo os investimentos e caixa prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, também se antecipando para futuras necessidades de caixa. A Administração considera que os passivos provenientes de empréstimos, financiamentos e debêntures estão adequadamente distribuídos até o vencimento das operações. Em relação aos valores de capital de giro, cujos vencimentos são de curto prazo, deverão ser renovados, já que as linhas de crédito do Grupo junto ao mercado financeiro dão suporte para tal renovação. Em 2021, no contexto da aquisição do controle da Companhia pela até então controladora RP Biocombustíveis S.A. ("RP BIO"), a RP BIO firmou contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Petrosbras Biocombustíveis S.A. ("PBIO"). Conforme termo de fechamento da operação, do preço de aquisição foi retido o valor principal de R\$ 67.500 (R\$ 85.042 em 31/12/25), reconhecido como conta Escrow Indenização. Este valor será liberado em favor da vendedora (PBIO) de acordo com o cronograma previsto contratualmente. A Companhia apresenta o saldo da conta Escrow Indenização em bases líquidas do respectivo passivo a pagar para a PBIO, tendo em vista que possui um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido e tem a intenção de realizar o ativo (conta Escrow indenização) e o passivo no mesmo momento. O saldo da conta Escrow, em 31/12/25 corresponde a R\$ 85.042 (R\$ 63.236 em 31/12/24). A seguir apresenta-se as informações de intervalo dos vencimentos dos principais passivos financeiros:

Passivo	Nota	Controladora				Total
		Até um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	31/12/25	
Fornecedores	22	(323)	-	-	-	(323)
Outras contas a pagar		-	-	-	-	-
		(323)	-	-	-	(323)

Passivo	Nota	Controladora				Total
		Até um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Mais de cinco anos	
Fornecedores	22	(80)	-	-	-	(80)
Outras contas a pagar		(7.867)	-	-	-	(7.867)
		(7.947)	-	-	-	(7.947)

Operação	Risco	Consolidado						
		(-15%)	(-10%)	(-5%)	Realista	5%	10%	15%
Cotação do dólar	Ajuste	4,62	4,9	5,17	5,44	5,71	5,98	6,26
NDF Dólar	Ajuste	116.382	81.927	47.471	13.016	(21.440)	(55.895)	(90.351)
Farelo de Soja CBOT	Cotação da commodity	(2.350)	(2.488)	(2.626)	(2.765)	(2.903)	(3.041)	(3.179)
Óleo de Soja CBOT	Cotação da commodity	11.695	12.383	13.071	13.759	14.447	15.135	15.823
Soja CBOT	Cotação da commodity	-	-	-	-	-	-	-
NDF Euro	Ajuste	12.158	(10.422)	(8.687)	(6.952)	(5.216)	(3.481)	(1.746)

c. Risco taxa de câmbio: Com o objetivo de proteção das receitas de vendas da Controlada Be8, que são sujeitas à volatilidade da cotação do câmbio, utilizam-se instrumentos financeiros derivativos, cujo portfólio consiste, basicamente, em contratos de vendas e compras a termo de moeda - *Non Deliverable Forward* (NDF). Estas operações são realizadas diretamente com instituições financeiras, em ambiente de balcão, onde não existem chamadas de margens. O impacto sobre o fluxo de caixa da Empresa se dá somente na data da liquidação dos contratos. Estes instrumentos são utilizados principalmente para duas finalidades de hedge: • *Hedge* da exposição cambial associada a derivativos negociados na CBOT, cujos contratos são negociados em moeda estrangeira. A negociação das NDFs visa reduzir impactos no resultado decorrentes de oscilações de taxa de câmbio entre real e outras moedas. • *Hedge* de proteção cambial de fluxo de caixa, onde as negociações foram realizadas em moeda estrangeira, enquanto o caixa da Empresa é em reais. As NDFs têm o objetivo de preservar o valor em reais a ser pago/recebido, mitigando a exposição à volatilidade cambial de entrada ou saída de recursos, até a data de suas respectivas liquidações. Para empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia gerencia seu risco de taxa de câmbio para fluxo de caixa utilizando swap de taxa de juros, de dólar para taxa em reais. O objetivo é minimizar os riscos de valorização da moeda americana dos contratos firmados com esse indexador. A Companhia assume a dívida por uma taxa prefixada CDI e, tem na ponta ativa a variação cambial da mesma dívida. Em 31/12/25 e em 31/12/24, as operações vinculadas ao dólar apresentadas em Reais estavam compostas conforme abaixo:

Ativos financeiros	Consolidado	
	Nota	31/12/25
Disponibilidades		50.515
Contas a receber de clientes		91.555
Outras contas a receber		30.488
Passivos financeiros		86.205
Empréstimos	21	(301.579)
Fornecedores mercado externo	22	(60.927)
Total de operações vinculadas ao dólar		(189.948)
Derivativos a termo (NDF)		85.853
Derivativos Chicago Board of Trade (CBOT)		(108.035)
Swaps de dívida		272.457
		60.327

Ativo	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/25	31/12/24	31/12/24
Caixa e equivalentes de caixa	12	978	1	1.398.114
Aplicações financeiras	12	-	6.308	43.848
Aplicações financeiras vinculadas	21	-	-	282.118
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	-	43.394
Passivo				57.252
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	(2.965.533)
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	-	(55.749)
Passivo de arrendamento		-	-	(29.545)
		978	6.309	(1.283.353)

d. Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade do Grupo incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas prefixadas ou pós-fixadas lastreadas em CDI, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo. Em 31/12/25 e 31/12/24, as operações vinculadas a taxas de juros (CDI), apresentadas eram:

Objeto hedgeado	Saldo em 31/12/25	
	MTM	Resultado financeiro
	7.387	(16.547)
Divida de R\$ 63 milhões a juros de 11,90% a.a.	1.921	(138)
Divida de R\$ 47 milhões a juros de 13,80% a.a.	753	(125)
Divida de R\$ 31,5 milhões a juros de 11,50% a.a.	922	(896)
Divida de R\$ 200 milhões a juros de 2,20 e IPCA + 9,1645 % a.a.	3.770	(10.045)
Divida de R\$ 52 milhões a juros de 16,52% a.a.	503	(1.433)
Divida de R\$ 52 milhões a juros de 15,24 a.a.	(482)	(3.910)
	(13.949)	(2.192)
Divida de R\$ 121,3 milhões a juros de 5,90% a.a.	(10.250)	867
Divida de R\$ 55,7 milhões a juros de 5,98% a.a.	(3.057)	(1.437)
	5,25 a.a.	(642)

Os resultados referentes às operações de instrumentos financeiros com derivativos e ajustes a valor justo de fornecedores a fixar para Controlada Be8 S.A. foram:

Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Instrumentos financeiros derivativos CBOT liquidação	(112.096)	(114.499)	(122.130)	(122.289)
Instrumentos financeiros derivativos dólar liquidação	51.918	-	61.473	-
	(60.178)	(114.499)	(60.657)	(122.289)

Resultado financeiro	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Ajuste a valor justo (MTM)				
Operações relacionadas a commodities - CBOT	(306)	(3.389)	(291)	(3.254)
Ajuste a valor justo de fornecedores a fixar e variação cambial compras em dólar	(7.604)	3.608	(5.781)	940
	6.703	(6.925)	6.703	(6.925)
Liquidações (efeito caixa)				
Operações em dólar	18.327	(21.889)	30.499	(41.542)
Ajuste a valor justo de fornecedores a fixar	98	(22.181)	98	(22.181)
	18.425	(44.070)	30.597	(63.723)

(Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros derivativos, líquido	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
	17.218	(50.776)	31.228	(72.962)

continua →

→ continuação

(ii) Informações financeiras resumidas das controladas: Saldos em 31/12/25:

	Instituto Educacional de Aeroporto Be8 S.A.		ECB S.A.	
	Be8 S.A.	Passo Fundo IE Ltda.	Passo Fundo IE Ltda.	ECB S.A.
Participação acionária em %	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	3.951.167	22.016	22.016	5.781
Ativo não circulante	2.390.959	9.119	9.119	-
Passivo circulante	2.453.894	23.683	23.683	-
Passivo não circulante	3.218.634	193	193	-
Patrimônio líquido	669.599	7.258	7.258	5.781
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	488.121	1.071	1.071	-
Saldos em 31/12/24:				
	Be8 S.A.	Instituto Educacional de Aeroporto Be8 S.A.	Passo Fundo IE Ltda.	ECB S.A.
Participação acionária em %	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	2.516.851	15.854	15.854	5.781
Ativo não circulante	201.976	5.371	5.371	-
Passivo circulante	2.100.219	17.111	17.111	-
Passivo não circulante	611.313	88	88	-
Patrimônio líquido	701.955	4.026	4.026	5.781
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	477.037	(2.610)	(2.610)	-

18. Propriedades para investimento: Os ativos classificados como propriedades para investimento referem-se a terrenos e edificações, os quais serão mantidos pela Controlada Be8 S.A. para obter renda e para valorização do capital. Com a posse efetiva das propriedades, a Controlada Be8 S.A. passa a classificar os ativos como propriedades para investimento, optando pela metodologia de mensuração pelo seu valor justo. **a. Mensuração do valor justo:** Para determinação do valor justo foi contratada uma empresa terceirizada especializada. No laudo elaborado pelos especialistas contratados foram utilizados os seguintes métodos para avaliação, de forma isolada: **Terrenos:** Método direto Comparativo de Dados de Mercado, devido existência de mercado imobiliário local, ofertas, compras e vendas de imóveis semelhantes para a devida comparação através de tratamento estatístico dos dados de mercado. **Edifícios e benfeitorias:** Método da Quantificação de Custo de Benfeitorias, levando em consideração as características das obras civis, utilizando orçamentos de construções semelhantes atualizando seus valores. Para demais equipamentos alocados nos edifícios foi utilizado o método de Custo de Reposição destes equipamentos. **b. Conciliação do valor contábil:** O saldo da conta é apresentado na movimentação abaixo:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Saldo inicial	26.625	23.919
(-) Alienações	-	-
(+/-) Reversões	3.667	-
(-) Ajuste a valor justo	(3.803)	(2.706)
Saldo contábil, líquido	26.489	26.252

A Controlada Be8 S.A. efetuou a venda de sete propriedades para investimento em 31/12/23, totalizando R\$ 28.650. Este montante foi reconhecido no resultado do exercício daquele ano em "outras receitas operacionais". O saldo a ser recebido desta transação está contabilizado na rubrica de "outras contas a receber" no balanço patrimonial e corresponde ao valor atualizado de R\$ 4.600 em 31/12/25 (R\$ 10.900 em 31/12/24).

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Saldo inicial	26.625	23.919
(-) Alienações	-	-
(+/-) Reversões	3.667	-
(-) Ajuste a valor justo	(3.803)	(2.706)
Saldo contábil, líquido	26.489	26.252

Em 09/2025, foi formalizado o contrato de venda do "Imóvel 1" realizada em 2023. Considerando deduções por uso e pagamentos antecipados, a Companhia deverá à compradora o valor líquido de R\$ 3.240. Na mesma data, foi firmado novo contrato de arrendamento com vigência de cinco anos e valor mensal de R\$ 30. **c. Valores reconhecidos no resultado:** A receita de aluguel reconhecida pela Controlada Be8 S.A. no exercício findo em 31/12/25 foi de R\$ 1.552 na controladora (R\$ 701 em 31/12/24) e foi incluída em outras receitas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

19. Imobilizado:

	Controladora	
	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos
Saldo inicial	2.317	64
Aquisições	60	750
Alienações	(355)	-
Baixa depreciação e alienação	85	-
Depreciação	(376)	(33)
Saldo contábil, líquido	2.319	133

	Controladora	
	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos
Saldo inicial	1.807	103
Aquisições	1.256	36
Alienações	-	-
Baixa depreciação e alienação	-	-
Depreciação	(356)	(18)
Saldo contábil, líquido	2.706	121

	Consolidado	
	Terrenos	Edifícios
Saldo inicial	52.473	108.937
Aquisições	62	113
Alienações	-	(4.147)
Baixa depreciação e alienação	-	61
Depreciação	(7.784)	(20.805)
Saldo contábil, líquido	44.689	84.958

(i) O grupo de direito de uso trata-se de direito de uso dos contratos de arrendamento de hardwares, aeronave e locação de sala comercial. (ii) As transferências ocorrem da rubrica "Obras em andamento" para o respectivo grupo de imobilizados e intangíveis após a conclusão de que o bem está pronto para uso, e está no local e condições operacionais pretendidos pela Administração. (iii) A Companhia capitaliza os juros de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável como parte do custo. A taxa de capitalização média ponderada no ano em 2024 foi de 13,89% a.a. Em 31/12/25, a taxa de capitalização média ponderada é de 15,21% a.a. O montante em obras em andamento apresentado no quadro acima, é formado substancialmente pelos investimentos que estão sendo realizados na construção da planta industrial de etanol de trigo e glúten vital, em Passo Fundo/RS, por meio da controlada indireta Be8 Exportação e Importação Ltda. O projeto tem previsão de conclusão e início das atividades produtivas ao final do ano de 2026. O Grupo avalia anualmente, no mínimo, a existência de indicadores de impairment ou de que a vida útil dos bens possa ter se alterado de forma relevante. Ao final dos exercícios findos em 31/12/25 e 2024, não foram identificados indicadores de impairment com relação aos ativos imobilizados, bem como não

houve alteração na vida útil dos ativos, tanto na controladora como no consolidado. As taxas de depreciação são calculadas pelo método linear e são calculadas de acordo com a vida útil de cada bem. No quadro abaixo apresentamos a vida útil esperada por grupo de contas, para ambos os períodos apresentados:

	Vida útil esperada
Edificações	15 a 80 anos
Veículos e máquinas	5 a 50 anos
Móveis e utensílios e equipamentos	5 a 50 anos
Direito de uso	5 a 25 anos

	Controladora	
	Programas de computador	Marcas e Patentes
Saldo inicial em 01/01/25	626	62
Adições	-	-
Baixas	-	-
Alienação	-	-
Transferências	-	-
Amortização	(219)	(219)
Saldo contábil líquido em 31/12/25	407	62

	Controladora	
	Programas de computador	Marcas e Patentes
Saldo inicial em 01/01/24	795	62
Baixas	-	-
Alienação	-	-
Transferências	-	-
Aquisição	50	-
Amortização	(220)	(220)
Saldo contábil líquido em 31/12/24	626	62

	Consolidado	
	Goodwill	Programas de computador
Saldo inicial	63.501	4.711
Adições	-	2.252
Transferências	-	1.585
Amortização do valor justo da carteira de clientes	-	-
Aquisição controlada	120.015	598
Amortização	-	(2.970)
Ajustes acumulados de conversão	2.637	2
Saldo contábil líquido em 31/12/25	186.153	6.178

	Consolidado	
	Goodwill	Programas de computador
Saldo inicial	60.751	6.387
Aquisição	-	2
Transferências	-	384
Baixas	-	-
Alienações	-	50
Amortização	-	(2.112)
Ajustes acumulados de conversão	2.750	2
Saldo contábil líquido em 31/12/24	63.501	4.711

A vida útil esperada é de 5 anos para a amortização dos programas de computador (software). **Testes do ágio para verificação de impairment:** A Controlada Be8 S.A. avalia anualmente a expectativa de recuperação do valor contábil do ágio em suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Atualmente, a Controlada possui três UGC conforme demonstradas abaixo:

	Controladora Be8 S.A.		Consolidado Be8 S.A.	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Ágio - Aquisição Marialva/PR	35.820	35.820	35.820	35.820
Ágio - Aquisição Be8 Biodiesel	-	-	17.455	15.840
Ágio - Aquisição Complexo La Paloma	-	-	13.883	8.424
Ágio - Aquisição Cerrado	-	-	120.015	-
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	-	-	(1.020)	3.417
Saldo contábil líquido em 31/12/24	35.820	35.820	186.153	63.501

O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia aprovada pela Administração. Para cada UGC, as principais premissas foram as seguintes: **a. Ágio - Aquisição Marialva/PR:** Projeções de crescimento do mercado de biodiesel, compatíveis com o desempenho histórico apresentado pela UGC, juntamente com a expectativa de manutenção dos custos fixos apresentados historicamente, margem EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) positiva e taxa de desconto de 13,48%. A Administração não identificou indícios de impairment para o exercício findo em 31/12/25, tendo em vista que o valor em uso foi superior ao valor contábil da UGC. **b. Ágio - Aquisição Be8 Biodiesel:** As projeções para teste de impairment foram elaboradas com base nas projeções de longo prazo construídas pela Companhia. Nestas, a Administração prevê um crescimento de vendas de 6,9% para 2026. A margem Ebitda para os anos subsequentes a 2026 se mantém em média 3,5%. Este aumento decorre principalmente em ações para manter a produtividade constante reduzindo períodos ociosos. Para fins de fluxo de caixa descontado foi considerado como taxa de desconto 6,77%. A Administração não identificou indícios de impairment para o exercício findo em 31/12/25, tendo em vista que o valor em uso foi superior ao valor contábil da UGC. **c. Ágio - Aquisição Complexo La Paloma:** Para fins de fluxo de caixa descontado foi considerado como taxa de desconto 10,35%. Administração prevê um crescimento de vendas de 10,5% para 2026 e posteriormente mantendo um crescimento constante de 2,3% para cada ano subsequente. A Administração não identificou indícios de impairment para o exercício findo em 31/12/25, tendo em vista que o valor em uso foi superior ao valor contábil da UGC. **d. Ágio - Aquisição Biopar:** Conforme descrito na nota explicativa 3, em 14/01/25, a Companhia concretizou a aquisição do Grupo Biopar, assumindo a partir desta data o controle das operações das quatro entidades englobadas na operação. A contraprestação transferida na operação superou o valor dos ativos líquidos assumidos na data de fechamento da operação e como resultado disso, gerou-se um ágio por expectativa de rentabilidade futura (Goodwill). O ágio é alocado a unidade gerada de caixa denominada "Be8 Cerrado", a qual contempla as quatro entidades. O ágio apurado no montante de R\$ 136.405 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição e ampliação da atuação da Be8 S.A. nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do Brasil. O ágio reconhecido tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. No final de cada exercício social, considerando tratar-se de um ativo intangível com vida útil indefinida, o mesmo será submetido a teste de recuperabilidade (impairment). No que tange aos fluxos futuros projetados, para as receitas de vendas foi projetado crescimento de 14,4% para o ano de 2026, sendo que na perpetuidade considerou-se a inflação. Adicionalmente, no que tange à taxa de desconto foi considerada em 14%. Para o exercício findo em 31/12/25, a Administração não identificou indícios de impairment, pois o valor em uso foi maior que o valor contábil UGC.

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Taxa de Juros nominal a.a. vencimento	2026	2025
Capital de giro	CDI + 1,40%	2026 a 2030
Financiamentos	IPCA/IBGE + 3%/TLP + 3,5%	2026 a 2027
Debêntures	CDI+1,5% a 2,70%	2026 a 2030
Notas comerciais - 1ª emissão - Série 1	CDI + 2,20%	2026 a 2029
Notas comerciais - 2ª emissão - Série 2	IPCA + 9,1645%	2026 a 2031
Subcréditos - BNDES	TLP + 1,10%, SELIC + 1,31%	2026 a 2037
Outros	TR + 2,20%	a 2,70%
Hedge valor justo	(10.135)	(11.434)
Custo de transação	(48.650)	(13.897)
Leasing	380	172
Total	2.965.533	1.034.187

Passivo circulante 484.410 457.738
Passivo não circulante 2.481.123 576.449
Os custos de captação dos empréstimos, financiamentos e debêntures estão dispostos conforme abaixo:

	Consolidado	
	2026	2027
Custo de transação	2026	2027
Notas comerciais - 1ª emissão - Série 1	843	786
Notas comerciais - 1ª emissão - Série 2	960	960
Custos de transações - 2ª emissão debêntures	1.139	1.139
Custos de transações - 3ª emissão debêntures	694	694
Repasse BNDES	3.518	3.518
Total	7.154	7.097

Principais operações realizadas no exercício findo em 31/12/25: Em 21/03/25, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a realização da 2ª (segunda) emissão de 360.000 (trezentos e sessenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública sob rito de registro automático, para investidores profissionais, no valor total de R\$ 360.000 (trezentos e sessenta milhões de reais), da Controlada Be8 S.A., as quais foram objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7/12/1976, conforme alterada (Lei do Mercado de Valores Mobiliários), da Resolução Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 160, de 13/07/2022. As debêntures possuem prazo de vencimento de 5 anos, contados da data de emissão, com juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% do CDI + 2,70% ao ano. Parte dos recursos da 2ª emissão foi utilizado para liquidação do saldo devedor da 1ª emissão de debêntures da Companhia. Em 21/03/25, houve a liberação dos subcréditos 1, 2 e 3 relativos ao empréstimo obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante total de R\$ 330.000, com o ingresso em caixa na controlada Be8 Exportação e Importação Ltda., no contexto da construção da planta de etanol de trigo, em Passo Fundo, no

Rio Grande do Sul. No dia 09/04/25, foi aprovada em reunião de Assembleia Geral Extraordinária e em Reunião de Conselho de Administração da Controlada Be8 S.A., a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), sendo emitidas 250.000 (duzentas e cinquenta mil) debêntures. No dia 25/04/25, ocorreu o ingresso em caixa do montante, sendo que será utilizado pela Controlada Be8 S.A. para a gestão ordinária dos negócios, incluindo, mas não se limitando, à gestão dos passivos e reforço de caixa. No dia 09/07/25, foi aprovado em reunião de sócios da empresa Be8 Exportação e Importação Ltda., a contratação de financiamento no valor de R\$ 290.268 (duzentos e noventa milhões, duzentos e sessenta e oito mil reais) perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a ser aplicado ao Projeto Glúten. No dia 10/10/25, foi realizada a liberação da primeira tranche do referido financiamento, no montante de R\$ 100.000 (cem milhões de reais), a qual foi integralmente recebida pela Controlada Be8 S.A. Os recursos serão aplicados nos investimentos do Projeto Glúten, junto a Planta de Etanol, localizada em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Ainda, ao longo do exercício findo em 31/12/25, a Controlada Be8 S.A., no Consolidado, efetuou captações de recursos por meio de operações bilaterais com instituições financeiras, as quais, em conjunto totalizaram R\$ 1.431.000 (um bilhão, quatrocentos e trinta e um milhões de reais). Esses recursos estão sendo utilizados no curso normal dos negócios da Companhia, bem como foram destinados à liquidação de empréstimos dentro do ano. Adicionalmente, no mesmo período, a Controlada Be8 S.A. realizou liquidações antecipadas de contratos de empréstimos referentes a operações que possuíam vencimentos originalmente previstos entre dezembro de 2025 e junho de 2027. **Principais operações anteriores a 2025:** Em 15/09/24, a Controlada Be8 S.A. realizou a 1ª emissão de notas comerciais, por meio da qual foram emitidas 200.000 notas, sem garantia, em série única, para distribuição privada. Os direitos creditórios oriundos das notas comerciais foram vinculados aos certificados de recebíveis do agronegócio da 295ª emissão, em série única, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. A data de vencimento das notas comerciais, a contar da data de emissão, ocorrerá em: 14/09/2029 para a primeira série e 14/09/2031 para a segunda série. Assim como na primeira emissão, os recursos captados, por meio das notas comerciais serão utilizados exclusivamente para as atividades relacionadas ao agronegócio. A Controlada Be8 S.A. possui em 31/12/24, saldo em debêntures trazido pela incorporação da R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. que ocorreu em 2021. Em 16/12/2020, com o objetivo único de compra de 50% das ações da Companhia, a sua incorporação R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. (R.P. BIC), emitiu debêntures conforme Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da R.P. Participações em Biocombustíveis S.A. Foram emitidas 320.000 (trezentas e vinte mil) debêntures ao valor de R\$ 320.000 (trezentos e vinte milhões de Reais), atualizadas monetariamente por juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. As Debêntures foram repactuadas em junho de 2023, liberando as garantias reais e alterando o vencimento até junho de 2027, com pagamento do valor nominal unitário em parcelas trimestrais consecutivas, a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão, de acordo com o instrumento contratual. No mês de março de 2025, o saldo remanescente das debêntures foi liquidado, extinguindo-se a referida obrigação. A liquidação ocorreu com recursos da 2ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações efetuada pela Companhia em março de 2025 conforme destacado anteriormente. As parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Vencimento no longo prazo	1.034.187	27.870
2026	-	294.723
2027	875.118	97.924
2028	576.897	34.100
2029	442.298	-
2030	275.257	-
Após 2030	311.553	149.702
Total	2.481.123	576.449

Apresentamos abaixo, a reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31/12/25 e 2024:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Saldo em 01/01/25	1.034.187	27.870
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	1.502.424	(25.273)
Ingressos de empréstimos	2.395.216	-
Amortização de empréstimos	(658.138)	-
Amortização de passivos de arrendamento	-	(17.372)
Pagamento de custos de transação de empréstimo	(28.644)	-
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(206.010)	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamento	-	(7.901)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-
Pagamento de juros aquisição de controlada	-	-
Pagamento de aquisição de controlada	-	-
Ingresso de Direito de uso de ativo	147.834	16.090
Custos de transações	9.529	-
Variações monetárias e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	289.106	-
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	(18.845)	(34)
Juros sobre passivo de arrendamento	-	11.348
Hedge valor justo	1.298	-
Baixa passivo de arrendamento	-	(456)
Dividendos intercalares propostos	-	-
Saldo em 31/12/25	2.965.533	29.545

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Saldo em 01/12/24	1.474.091	39.191
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	620.255	(1.030.021)
Ingressos de empréstimos	620.255	-
Amortização de empréstimos	(1.030.021)	-
Amortização de passivos de arrendamento	-	(16.333)
Pagamento de juros de empréstimos, financiamentos	(176.121)	-

→ continuação

A operação de fornecedores de soja a fixar refere-se a operações de compra de soja nas quais os fornecedores já entregaram o produto a Controlada Be8 S.A., porém ainda não definiram a data de fixação do preço e por consequência o valor final da operação. Desta forma, a obrigação de pagamento fica vinculada ao valor de mercado da commodity entregue até a data em que for fixado o preço, podendo ser realizado conforme períodos estipulados em contrato, sendo valorizadas ao valor justo. Os contratos de compras de soja a fixar firmados pela Controlada Be8 S.A. com seus fornecedores, em sua maioria, possuem o prazo limite de doze meses para os fornecedores realizarem a fixação. Desta forma, o passivo da referida operação é apresentado no passivo circulante. A Controlada Be8 S.A. implementa operações de risco sacado com seus fornecedores com o objetivo de proporcionar flexibilidade e liquidez aos fornecedores, ao mesmo tempo em que melhora o seu ciclo financeiro e a gestão do fluxo de caixa. Por meio da plataforma *Monkey*, os fornecedores participantes do programa, têm a oportunidade de antecipar seus recebíveis. A adesão às transações de antecipação de recebíveis por meio de risco sacado não é de caráter opcional, conforme a escolha dos fornecedores. A efetivação das operações não implica em qualquer desdobramento de encargos financeiros pela Companhia. O quadro abaixo demonstra os valores a pagar pela aquisição das controladas Be8 São Paulo na controladora Be8 S.A., que é condicionado a compensação de créditos tributários em cada ano calendário, bem como saldos a pagar pela aquisição da Biopar. Já no consolidado, além dos saldos já existentes na controladora, há uma parcela a pagar pela aquisição do complexo La Palma, que são valores fixos pagos anualmente, no mês de fevereiro.

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Contas a pagar - aquisição Biopar	224.721	-
Contas a pagar - aquisição Be8 São Paulo	-	42
Contas a pagar - aquisição Complexo Agroindustrial La Palma	5.785	9.593
Contas a pagar - aquisição Be8 Biodiesel	85	-
Saldo em 31/12/25	230.591	9.635
Contas a pagar pela aquisição de controlada - Circulante	10.751	5.847
Contas a pagar pela aquisição de controlada - Não Circulante	219.840	3.788
Saldo em 31/12/24	230.591	9.635

23. Provisões para contingências: a. Riscos prováveis: O Grupo reconheceu em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/25 e 24, provisões referentes aos processos trabalhistas, tributários e cíveis que, na avaliação da Companhia, assessorada de seus consultores jurídicos, se revestem de riscos prováveis. Os valores provisionados foram julgados pela Administração como suficientes para a cobertura dessas contingências. A seguir é apresentado quadro com a composição da rubrica:

Natureza	Consolidado		Provisão de contingências		Depósitos Judiciais		Provisão de contingências	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Saldo em 01/01/25	192	3.020	1.212	49	4.473	(287)	4.186	
Ingresso por aquisição de controlada	-	-	305	-	305	(84)	221	
(+/-) Provisões/Reversões	62	(2.164)	175	(45)	(1.934)	73	(1.861)	
(-) Atualização	-	1.289	-	-	1.289	(17)	1.272	
Saldo em 31/12/25	254	2.450	1.387	4	4.133	(315)	3.818	

Natureza	Consolidado		Provisão de contingências		Depósitos Judiciais		Provisão de contingências	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Saldo em 01/01/24	129	2.741	1.093	49	4.012	(307)	3.705	
(+/-) Provisões/Reversões	63	(721)	119	-	(539)	30	(509)	
(-) Atualização	-	1.000	-	-	1.000	(10)	990	
Saldo em 31/12/24	192	3.020	1.212	49	4.473	(287)	4.186	

Natureza dos processos: Trabalhistas: O Grupo possui, em 31/12/24 e 31/12/23, processos trabalhistas de risco provável, dos quais, os que possuem maior relevância no saldo apresentado, na sua grande maioria, são solicitações de equiparação salarial, horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade. Para garantir que o saldo apresentado seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas é feito um acompanhamento mensal de cada processo pelos assessores jurídicos da Companhia. **Trânsito:** Os processos de Trânsito são derivados de multas que, quando possuem fundamento para recurso, são submetidos pela área jurídica. Os valores mais expressivos são multas derivadas de cargas com excesso de peso, embarcar produtos perigosos sem documentação exigida, ou com frete mínimo. Quando o recurso é indeferido, prossegue-se então para o pagamento da referida multa e a baixa da provisão. **Tributários:** Os processos tributários são decorrentes de manifestações de inconformidade provenientes de ressarcimentos de créditos já arquivados, e que possuem risco de notificação de devolução a Fazenda. **b. Riscos Possíveis:** O Grupo também é parte em processos administrativos e judiciais que, na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, apresentam riscos possíveis, os quais não foram provisionados e totalizam, no consolidado, R\$ 525.844 em 31/12/25 (R\$ 502.935 em 31/12/24), classificados nas seguintes naturezas:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Tributário	509.408	499.099
Trabalhista	5.222	1.899
Cíveis	1.927	1.901
Regulatório	5	-
Trânsito	-	36
Saldo em 31/12/25	516.562	502.935

No âmbito tributário, na esfera administrativa, o montante é composto de ICMS (R\$ 387.246), PIS e COFINS (R\$ 119.747), IRPJ (R\$ 1.703) e outros (R\$ 712), no consolidado. Em geral os passivos contingentes tributários são decorrentes de discussões sobre interpretações da legislação quanto a tomada de créditos fiscais, as quais a Companhia já apresentou seus manifestos de inconformidades junto às autoridades fiscais. Estes processos são defendidos por seus assessores jurídicos, nos quais espera-se obter uma decisão favorável ainda no âmbito administrativo, conforme experiências em casos similares. **Trabalhistas:** As reclamações trabalhistas são referentes a horas extras, intervalos intrajornadas, danos morais, equiparação salarial e honorários. Quanto ao andamento dos processos, alguns foram contestados e aguardam a realização de audiência, outros foram realizadas ou agendadas as perícias. **Tributários:** No âmbito tributário, o principal processo classificado como risco possível é um processo no âmbito estadual, decorrente de Auto de Lançamento (AL) emitido em abril de 2022 pelo Estado do RS, com alegação de apropriação indevida de créditos fiscais de ICMS durante o período de abril de 2017 a dezembro de 2021. Os créditos destacados no AL se referem a operações interestaduais, nas quais a Companhia adquire mercadorias de fornecedores localizados em outras unidades da federação com destaque de ICMS e posteriormente revende com diferimento dentro do estado do Rio Grande do Sul. A Companhia entende não haver irregularidade nas operações referidas. Demais processos são referentes à solicitação de ressarcimento de PIS/COFINS com base em manifestações de inconformidades contra decisões que indeferiram pedidos de ressarcimentos dos anos de 2010 até 2016 e um referente ao ano de 2019. Também contemplam (i) auto de infração lavrado por suposta falha de fornecedor na emissão de notas fiscais do período de outubro de 2018 até março de 2020 com saída para estabelecimentos em estado diverso, nos quais a Companhia foi considerada parte solidária na autuação; (ii) Manifestação de inconformidade contra despacho decisório que homologou parcialmente a compensação declarada pela sucedida com créditos vinculados a receita de exportação apurados em 2013; e (iii) também homologação de crédito oriundo de valores pagos a maior da Contribuição Previdenciária Patronal sobre avais. A Be8 S.A. adериu ao programa de parcelamento junto à SEFAZ/RS, referente ao débito de ICMS originalmente no valor de R\$ 49.130, que, após as reduções legais de 95% para as multas e juros, totalizou o valor de R\$ 20.574 para pagamento em parcela única, conforme previsto no Regulamento do Programa Estadual REFAZ 2. O valor foi pago ainda no mês de dezembro de 2025. Para fins de demonstração dos resultados, os efeitos desta adesão estão refletidos nas linhas de "Outras receitas e despesas operacionais, líquidas", para o valor principal e "Despesas financeiras" para os efeitos de multas e juros. **Cíveis:** A Companhia possui processos cíveis com risco possível que se referem a ações indenizatórias e ações de desapropriação. **c. Ativos contingentes:** Com relação às ações que ainda não transitaram em julgamento, estes potenciais ativos são considerados como contingentes e não são reconhecidos até que sua probabilidade de materialização seja líquida e certa. Atualmente, não há ativos contingentes relevantes com ganho provável para a Companhia. Ao longo do mês de julho, a Companhia foi comunicada por seus assessores jurídicos externos sobre decisões favoráveis obtidas em dois processos judiciais, os quais transitaram em julgamento, sendo eles: PIS e COFINS; Transitou em julgamento em 02/06/25, o Mandado de Segurança nº 5005267-82.2016.4.04.7104, impetrado em favor de Be8 S.A., inscrita no CNPJ sob nº 07.322.382/0001-19, restando reconhecido o direito de a empresa incluir nas bases de créditos do PIS e da COFINS, todos os custos e despesas com serviços e peças voltadas à manutenção e à conservação quando realizadas em equipamentos associados à atividade econômica desempenhada pela Companhia, assim como, foi reconhecido o direito a compensação com as próprias contribuições de PIS e COFINS devidas pela empresa ou outros tributos administrados pela Receita Federal. Os valores de PIS e COFINS pagos a maior nos últimos 5 (cinco) anos, devidamente corrigidos desde a data do pagamento indevido e até o mês da sua compensação. O período de apuração dos valores a serem recuperados será de 29/06/2011 até 02/06/25. **IRPJ/CSLL:** Transitou em julgamento em 06/06/25, o Mandado de Segurança nº 5007013-14.2018.4.04.7104, impetrado em favor de Be8 (CNPJ nº 07.322.382/0001-19). A ação teve como objetivo a exclusão dos créditos presumidos de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, sem observar os requisitos da LC 160/17 e Lei nº 14.789/14. Considerando que a Be8 S.A. já possui decisão favorável de mesma natureza específica para os créditos presumidos de ICMS relativos ao Biodiesel, essa ação engloba os créditos presumidos de ICMS do farelo de soja. A Companhia obteve êxito quanto ao reconhecimento do direito à exclusão dos créditos presumidos da base de IRPJ e CSLL de forma incondicionada, bem como de compensar administrativamente os valores recolhidos indevidamente nos últimos cinco anos. O período de apuração da ação retroage 5 anos da data de ingresso da ação, sendo que desta forma abrange o período de 10/10/2013 a 06/06/25. Com relação as ações mencionadas acima, com o auxílio de seus assessores jurídicos, a Companhia efetuou o levantamento dos montantes envolvidos nos processos, os quais são demonstrados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Exclusão dos créditos PIS e COFINS sobre presumidos de ICMS serviços e peças para da base de cálculo do manutenção e conservação de equipamentos	12.085	7.466
Valor principal	6.179	2.815
Atualização monetária	(1.096)	(617)
Honorários	(287)	(131)
PIS e COFINS sobre atualização monetária	16.881	9.533
Subtotal	16.881	9.533
Superveniências ativas relativas a Petróbrás Biocombustíveis - principal	(4.370)	(614)
Superveniências ativas relativas a Petróbrás Biocombustíveis - atualização monetária	(2.211)	(441)
Efeito líquido na demonstração dos resultados do exercício	10.300	8.477
Efeito em "Outras receitas e despesas operacionais, líquidas"	6.620	6.235
Efeito em "Resultado financeiro, líquido"	3.680	2.243

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ECB Holding S.A.

24. Despesa de imposto de renda e contribuição social: A seguir é apresentada a composição das principais adições e exclusões que afetam o cálculo dos impostos sobre o lucro.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Resultado antes do IR e CS	479.075	468.592	471.247	399.653
Alíquota fiscal combinada	0,34	0,34	0,34	0,34
Despesa de tributos à alíquota nominal	(162.886)	(159.321)	(326.549)	(135.882)
Multas	-	(2)	(11)	(11)
Doações	-	(692)	(986)	-
Prejuízo fiscal constituído do período corrente	-	-	11.659	64.512
Prejuízo fiscal no qual não foi constituído ativo fiscal diferido do ano corrente	-	-	(76.905)	(41.779)
Incentivos fiscais - crédito presumido de ICMS PAT e incentivos fiscais	-	-	171.232	141.866
Outras exclusões (Adições)	-	-	-	325
Outras exclusões (Adições)	(792)	(2.001)	(13.775)	(7.447)
Incentivos de longo prazo - ILP	-	-	(933)	(3.932)
Mais-valia decorrentes de eventos societários e incorporações	-	-	(2.721)	(2.654)
Constituição (reversão) de IR/CS diferidos ativos	-	-	-	2.655
Benefício Fiscal - Lei do Bem	-	-	7.150	11.372
Juros sobre capital próprio	-	-	4.080	7.681
Subvenções CBIOS	-	-	17.172	26.185
Custo Alienação imobilizado	(12)	-	(12)	-
Diferença de tributação (empresas controladas)	-	-	(1.774)	-
Incentivo sobre Lucro da Exploração	-	-	33.866	-
Resultado de equivalência patrimonial	163.666	161.303	-	-
Saldo em 31/12/24	(24)	(21)	7.806	68.914
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(11.446)	(4.179)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(24)	(21)	19.252	73.093
Saldo em 31/12/25	(24)	(21)	7.806	68.914

Alíquota efetiva 0,01% 0,00% 1,66% 17,24%

25. Imposto de renda e contribuição social diferidos: a. Composição e movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos: Os saldos e a movimentação de IRPJ e CSLL diferidos líquidos apresentam-se como segue:

	Consolidado		Saldo em 31/12/25	
	Saldo líquido em 31/12/24	Saldo líquido em 13/01/25	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido
Prejuízos fiscais	94.210	58.318	(4.095)	-
Provisão para contingências	1.521	110	(236)	-
Valor justo de propriedades para investimento	(4.018)	-	1.293	-
Ajuste ao valor realizável líquido dos estoques	9.479	127	(500)	-
Impairment de ativos financeiros e não financeiros	971	949	-	1.920
Direito de uso de ativos	(8.834)	-	(3.605)	-
Reavaliação imobilizado CPC 01 - custo atribuído (ii)	(2.422)	(16.522)	1.307	195
Depreciação diferença de vida útil	(5.248)	-	722	-
Mais-valia - filial de Marialva	(464)	-	64	-
Mais-valia ativos imobilizados - incorporação (i)	40.995	-	(2.721)	-
Depreciação acelerada e dif vida útil	(26.486)	-	5.619	-
Compra vantajosa - incorporação (i)	(5.325)	-	1.600	-
Hedge accounting - outros resultados abrangentes	7.545	-	(8.926)	(1.381)
Goodwill	(5.529)	-	-	(5.529)
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(3.300)	(206)	6.770	-
IRPJ e CSLL contingências PPA RP Bio	(40.410)	-	-	(40.410)
CBIOS - Subvenção e realização pela venda	(1)	-	-	(1)
Ganho de capital - alienação de investimentos	(739)	-	49	-
Provisão para perdas com adiantamentos	10.822	-	-	10.822
Provisão PLR e Energizar	-	-	4.541	4.541
Soja a fixar	-	-	81	81
Amortização valor justo de estoques - combinação de negócios	-	-	1.397	1.397
Amortização valor justo de imobilizado - combinação de negócios	-	-	6.242	6.242
Amortização valor justo de intangível - combinação de negócios	-	-	724	724
Total	62.767	42.776	19.252	(8.731)
Ativo (passivo) diferido, líquido	120.603	(4.539)		

(j) Saldos existentes nas adquiridas em 13/01/25.

	Consolidado		Saldo em 31/12/24	
	Saldo líquido em 31/12/23	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Valor líquido
Prejuízos fiscais	29.698	64.512	-	94.210
Provisão ajuste a valor justo - fornecedores a fixar	780	(780)	-	-
Provisão para contingências	1.364	157	-	1.521
Valor justo de propriedades para investimento	(3.098)	(920)	-	(4.018)
Ajuste ao valor realizável líquido dos estoques	2.008	7.471	-	9.479
Impairment de ativos financeiros e não financeiros	971	-	971	971
Direito de uso de ativos	(5.461)	(3.373)	-	(8.834)
Reavaliação imobilizado CPC 01 - custo atribuído (ii)	(2.912)	490	-	(2.422)
Depreciação diferença de vida útil	(7.296)	2.048	-	(5.248)
Mais-valia - filial de Marialva	(532)	68	-	(464)
Mais-valia ativos imobilizados - incorporação (i)	43.716	(2.721)	-	40.995
Depreciação acelerada e dif vida útil	(25.967)	(519)	-	(26.486)
Compra vantajosa - incorporação (i)	(6.348)	1.599	-	(5.325)
Hedge accounting - outros resultados abrangentes	(311)	-	7.856	7.545
Goodwill	(5.529)	-	-	(5.529)
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	5.197	(8.497)	-	(3.300)
IRPJ e CSLL contingências PPA RP Bio	(40.410)	-	-	(40.410)
CBIOS - Subvenção e realização pela venda	(4.895)	4.894	-	(1)
Ganho de capital - alienação de investimentos	(788)	49	-	(739)
Provisão para perdas com adiantamentos	2.207	8.615	-	10.822
Total	(17.555)	73.093	7.280	62.767
Ativo (passivo) diferido, líquido	67.607	(4.840)		

(i) Efeitos tributários provenientes da incorporação da R.P. Participações em Biocombustíveis S.A., ocorrida em 2021. (ii) A contribuição social e o imposto de renda sobre o custo atribuído dos ativos imobilizados serão transferidos para o passivo circulante (imposto corrente) na medida da realização por depreciação, baixa ou provisão para redução ao valor recuperável dos componentes do ativo. A contrapartida desses tributos diferidos relacionados ao custo atribuído está registrada no patrimônio líquido.

A seguir, demonstramos os saldos de ativos e passivos diferidos líquidos, por entidade legal, em 31/12/25 e 2024, no consolidado:

Entidade	Saldo em 31/12/25		Total
	Ativo diferido, líquido	Passivo diferido, líquido	
Be8 S.A.	80.896	-	80.896
Be8 Agro S.A.	80	-	80
Be8 Comércio Importação e Exportação Ltda.	379	-	379
Be8 Exportação e Importação Ltda.	-	(2.343)	(2.343)
Be8 Paraguai S.A.	-	(1.192)	(1.190)
Be8 Cuiabá Ltda.	58	-	58
Be8 Floriano Ltda.	2.697	-	2.697
Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda.	3.303	-	3.301
Be8 Nova Marilândia Ltda.	31.705	-	31.705
Instituto Educacional IE Passo Fundo Ltda.	1.485	-	1.485
ECB Holding S.A.	-	(96)	(96)
Total	120.603	(4.539)	116.064

b. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o prejuízo fiscal foi constituído ao nível que a Companhia espera recuperar em um futuro previsível, por meio de lucro tributável futuro disponível. Desta forma, não foram reconhecidos ativos diferidos sobre os montantes de prejuízos fiscais conforme abaixo:

	Consolidado	
	31/12/25	31/12/24
Prejuízos fiscais acumulados	734.389	960.580
Efeito tributário	249.692	326.590

26. Patrimônio líquido: a. Capital social e direito das ações: Em 18/12/25, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o acionista aprovou o aumento do capital social da Companhia no montante total de R\$ 397.805 (trezentos e noventa e sete milhões, oitocentos e cinco mil reais). O aumento foi realizado mediante as seguintes destinações: • R\$ 390.505 (trezentos e noventa milhões, quinhentos e cinco mil reais), mediante capitalização de parte das Reservas de Lucros acumuladas e parcela dos lucros do exercício corrente, conforme faculta o artigo 200 da Lei nº 6.404/1976. • R\$ 7.300 (sete milhões e trezentos mil reais), correspondentes à capitalização parcial de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, do montante total de R\$ 8.600 (oito milhões e seiscentos mil reais) aportado pelo acionista controlador no exercício sendo que o saldo de R\$ 1.300 (um milhão e trezentos mil reais) registrado no patrimônio líquido como AFAC para futura capitalização. A operação teve como objetivos principais fortalecer a estrutura de capital da Companhia, aumentar sua capacidade de investimentos e manter níveis adequados de alavancagem financeira, considerando a expansão operacional do Grupo. Após o referido aumento, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, passou a totalizar R\$ 524.825 (quinhentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e vinte e cinco mil reais) em 31/12/25, (R\$ 127.020 em 2024). O capital social é composto por 524.825 mil cotas, todas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, pertencentes integralmente ao acionista controlador. **b. Reservas de lucros: b.1 Reserva legal:</**

→ **continuação** **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ECB Holding S.A.**
 A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas:

Tipo de produto/serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Biodiesel	As vendas de biodiesel são efetuadas diretamente para as distribuidoras, em mercado livre. As distribuidoras obtêm o controle do produto quando os produtos são retirados das dependências da Companhia ou quando a entrega dos produtos nas dependências do cliente, conforme negociação entre as partes. Elas devem ser pagas, normalmente, em um prazo médio de 15 dias. Nenhum desconto é concedido.	A receita é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo este quando os produtos são retirados pelo cliente nas instalações da Companhia ou quando da sua entrega nas dependências do cliente. A cada final de período, a Companhia avalia a necessidade de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho. Usualmente, não há devoluções de biodiesel.
Farelo de soja, óleo de soja degomado, glicerina e outros produtos	A Companhia determinou que, para os produtos relativos à extração (farelo de soja e outros), o cliente obtém controle dos produtos vendidos quando os mesmos são entregues nas dependências do cliente, exceto quando há alguma negociação específica, como em casos de venda para o mercado externo. Os prazos médios para ocorrer a entrega são em torno de 2 (dois) a 5 (cinco) dias. Desta forma, a receita de vendas é reconhecida no momento da emissão da nota fiscal de venda e pode não coincidir com o momento de entrega ou embarque dos produtos.	A receita de vendas é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo tal momento a entrega do produto ao cliente ou o embarque da mercadoria, em casos de vendas para o mercado externo. A cada final de período, a Companhia avalia a necessidade de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho. O valor da receita reconhecida é também estornado para as devoluções eventualmente ocorridas.
Revenda - grão de soja, glicerina, farelo de soja, etanol, biodiesel, trigo e óleo degomado	A Companhia determinou que, para os produtos relativos à operação de trading (revenda de commodities e outros), o cliente obtém controle da mercadoria quando os produtos são entregues nas dependências do cliente, exceto quando há alguma negociação específica, como em casos de venda para o mercado externo, sendo neste último caso o controle obtido no embarque da mercadoria. Os prazos médios para ocorrer a entrega no mercado interno são de em torno de 2 (dois) dias, podendo variar de acordo com a negociação.	A receita de vendas é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo tal momento a entrega do produto ao cliente ou o embarque da mercadoria, em casos de vendas para o mercado externo. O valor da receita reconhecida é estornado para as devoluções eventualmente ocorridas. A cada final de período a Companhia avalia a necessidade de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho.
CBIOS	A Companhia determinou que os CBIOS serão reconhecidos como receita à medida que são comercializados através de bancos escrituradores. O prazo de recebimento é D+1 após a efetiva comercialização.	A receita de vendas é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo tal momento a emissão de fatura de venda dos créditos de descarbonização. A cada final de período a Companhia avalia a necessidade de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho.
Prestação de serviços educacionais	A receita de venda é composta substancialmente por mensalidades escolares referentes à prestação de serviços educacionais nos níveis de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.	A receita é reconhecida de forma linear ao longo do período letivo, líquida de impostos incidentes, à medida que os serviços educacionais são prestados aos alunos, em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes.

28. Despesas por natureza: As despesas e custos estão agrupados por natureza conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Depreciação e amortização	(387)	(593)	(75.588)	(33.317)
Pessoal e encargos sociais	(3.878)	(1.547)	(215.162)	(144.621)
Matérias-primas/produtos adquiridos/custos serviços	-	-	(8.505.082)	(5.965.116)
Instrumentos derivativos CBOT liquidação (ii)	-	-	(122.130)	(122.130)
Instrumentos derivativos NDF liquidação (iv)	-	-	61.473	-
Serviços contratados, fretes, alugueis e encargos gerais	(5.059)	(1.357)	(133.049)	(146.469)
Fretes sobre vendas	-	-	(176.414)	(199.227)
Gastos com bens permanentes	-	-	(37.118)	(28.098)
Impostos e taxas	(1.250)	(2.167)	(4.209)	(3.862)
Outras despesas administrativas	-	-	(372)	(379)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	57	(728)	949	(550)
Outras naturezas	-	-	(83.479)	-
	(10.517)	(6.764)	(9.290.189)	(6.725.647)

As despesas e custos estão agrupados por função conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Custo dos produtos e serviços vendidos (i)	-	-	(8.681.340)	(6.189.414)
Despesas com vendas	-	-	(202.747)	(245.772)
Gerais e administrativas	(9.782)	(6.036)	(420.307)	(257.603)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas (iii)	(735)	(728)	14.205	(32.862)
	(10.517)	(6.764)	(9.290.189)	(6.725.651)

(i) Créditos presumidos de PIS e COFINS, de acordo com a Lei 12.865/13 além de créditos provenientes do PRONAF conforme Lei 11.116/05 e Decreto 5.287/04, juntamente com os créditos fiscais de ICMS, conforme Decreto nº 57.076/23 e 47.634/10 do Estado do Rio Grande do Sul, Decreto nº 2.273/23 do Estado do Paraná, Decreto nº 288/2019 do Estado do Mato Grosso, Decreto nº 18.627/2019 do Estado do Piauí e Resolução nº 008/2022 do Estado do Pará, bem como as escrituras de CBIOS (subvenções) são apresentadas na rubrica de custo dos produtos vendidos. O montante de tais créditos no exercício findo em 31/12/25 e 31/12/24 totalizaram R\$ 810.939 e R\$ 778.831, respectivamente, na controladora; e R\$ 1.083.923 e R\$ 778.831, respectivamente no consolidado. (ii) Em 2024, a Controladora Be8 S.A. adotou a contabilidade de hedge (hedge accounting) para suas operações com derivativos CBOT, cujo objetivo principal, conforme Política de Gestão de Riscos da Companhia, visa proteger a margem dos negócios. Desta forma, os efeitos de liquidação dos instrumentos financeiros derivativos CBOT foram apresentados na mesma linha na qual foi reconhecido o item protegido da relação de hedge, alocado na rubrica de "Custos dos produtos, mercadorias vendidas e serviços prestados" na demonstração dos resultados do exercício. (iii) Devido à alteração na expectativa de recuperabilidade de saldo de adiantamento efetuado a um fornecedor específico, a Controladora Be8 S.A. reconheceu uma provisão para perda do referido adiantamento, no montante de R\$ 25.338 durante o quarto trimestre de 2024. (iv) Durante o ano de 2025, considerando que a Controladora Be8 S.A. adota a contabilidade de hedge, estruturou-se o controle contábil para adequar a apresentação dos efeitos decorrentes da liquidação de instrumentos financeiros derivativos, com objetivo de refletir de maneira mais adequada a natureza econômica das operações praticadas. A Companhia passou a segregor os resultados conforme a finalidade de hedge distinguindo: NDFs contratadas para componente de proteção cambial da precificação de derivativos negociados na CBOT e NDFs contratadas para proteção de fluxos de caixa de recebíveis e pagamentos denominados em moeda estrangeira. Desta forma, os efeitos das NDFs relacionadas à proteção do componente cambial da CBOT passaram a ser apresentados no grupo de custo dos produtos vendidos, de forma consistente com a natureza dos itens protegidos. **29. Subvenções governamentais:** As subvenções governamentais recebidas pela Controladora Be8 S.A. conformam-se a: (i) incentivos fiscais estaduais (créditos presumidos de ICMS); (ii) incentivos fiscais federais (créditos presumidos de PIS e COFINS e redução de 75% do IRPJ devido - lucro da exploração); e (iii) subvenções municipais. As subvenções governamentais da Companhia são apresentadas na demonstração do resultado do exercício na linha de "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados", já que o benefício objetiva compensar os custos da operação. A única exceção a essa forma de apresentação são as subvenções municipais bem como os efeitos provenientes do lucro da exploração, os quais possuem tratamento contábil específico descrito em tópico específico nesta nota explicativa. Os incentivos fiscais estaduais relativos ao biodiesel reduzem o lucro tributável na apuração do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL), considerando que se tratam de créditos presumidos de ICMS. Com relação a essa exclusão para fins de apuração do IRPJ e CSLL, a Companhia possui ação judicial já transitada em julgamento em exercícios anteriores, por meio da qual obteve o direito à exclusão dos créditos presumidos de ICMS sob a ótica do pacto federativo. Essa ação judicial engloba as operações da Be8 S.A., controladora do Grupo. A partir de 01/01/24, entrou em vigor a Lei 14.789, de 29/12/23, que alterou as regras de tributação de incentivos fiscais concedidos pelos estados. Considerando a natureza dos incentivos fiscais estaduais da Companhia, os quais referem-se a créditos presumidos, e considerando o já definido pelo STJ no acórdão da decisão proferida no dia 26/04/23 sobre o tema 1.182, em sede de recurso repetitivo Resp. 1.945.110/RS mantendo a decisão que somente o crédito presumido pode ser excluído da base do IRPJ/CSLL, na avaliação da Administração, a alteração na Lei não trouxe impactos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Be8 Nova Marilândia Ltda., controlada integral da Companhia, contestou judicialmente a Lei 14.789/2023 considerando-a inconstitucional, uma vez que a subvenção estadual em questão é destinada à inovação e expansão da atividade econômica, caracterizando-se como subven-

ção para investimento. A partir do segundo trimestre de 2024, esta controlada obteve uma decisão liminar judicial que endossa essa interpretação das alterações na legislação fiscal, reforçando sua posição quanto à legalidade da subvenção fiscal e sua exclusão na apuração do lucro real. Considerando as jurisprudências disponíveis sobre o tema, bem como o julgamento do STJ no tema 1.182, além de opiniões de seus assessores jurídicos, a controlada entende que é mais provável que sim do que não que a autoridade fiscal competente considerará o tratamento tributário adequado. Por este motivo, a controlada Be8 Nova Marilândia Ltda. utilizando-se de sua decisão liminar favorável, exclui os créditos presumidos de ICMS da sua apuração de imposto de renda e contribuição social. Nas demais controladas, Be8 Floriano Ltda. e Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda., não são efetuadas exclusões da apuração do IRPJ e CSLL de efeitos de créditos presumidos de ICMS. Ambas as controladas possuem mandato de segurança referente ao tema impetrado, todavia sem decisão em caráter liminar e/ou trânsito em julgado. As subvenções governamentais que a Companhia possui e seus montantes na demonstração do resultado do período são: **a. Subvenções governamentais estaduais:** São enquadradas na esfera estadual as seguintes subvenções: • Crédito presumido de ICMS de 66,67% nas saídas de biodiesel; fundamentado no Decreto nº 50.234/13 do estado do Rio Grande do Sul; • Crédito presumido de ICMS de 50% nas saídas de farelo de soja; fundamentado no Decreto nº 47.634/10 do estado do Rio Grande do Sul; • Crédito presumido de ICMS de 66,67% nas saídas de biodiesel e crédito presumido na importação do melano de 4% do ICMS da importação, na unidade de Marialva/PR fundamentado no Decreto nº 7.877/17. • Crédito presumido de ICMS de 75% nas saídas de Biodiesel; fundamentado no Decreto nº 288/2019 do estado do Mato Grosso, aplicável a unidade localizada em Nova Marilândia/MT; • Crédito presumido de ICMS de 70% nas saídas interestaduais de glicerina, aplicável a unidade localizada em Nova Marilândia; • Crédito presumido de 80% e 90% nas saídas internas e interestaduais de ácido graxo, respectivamente, aplicável a unidade localizada em Nova Marilândia; • Crédito presumido de ICMS de 70% nas saídas interestaduais de borra, aplicável a unidade localizada em Nova Marilândia; • Crédito presumido de ICMS de 96% para todos os produtos fabricados, nas saídas internas e interestaduais, aplicável a unidade localizada em Santo Antônio do Tauá/PA; • Crédito presumido de ICMS de 100% nas saídas de Biodiesel, aplicável a unidade localizada em Floriano/PI. Os valores apurados a título de incentivo são deduzidos na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas. Para utilização do crédito presumido do Biodiesel do estado do Mato Grosso, a unidade de Nova Marilândia contribui em 4% para o Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial (FUNDEIC) e 1% para o Fundo de Desenvolvimento Desportivo (FUNDED) sobre o valor do crédito utilizado. Ainda, no estado do Mato Grosso, para a utilização dos créditos presumidos referente aos subprodutos, a unidade de Nova Marilândia contribui em 1% para o FUNDED e em 6% para o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FUNDES) sobre o valor do crédito utilizado. No Piauí, para a utilização do crédito presumido, a unidade localizada em Floriano contribui em 8% para o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FUNEF) e 2% para o COTAC (Cota de Contribuição/ FUNDIPI - Fundo de Desenvolvimento Industrial do Piauí) sobre o valor do crédito utilizado. No exercício findo em 31/12/25, foi contabilizado o montante de R\$ 482.571 (R\$ 437.479 em 31/12/24) na controladora e o montante de R\$ 685.557 (R\$ 437.479 em 31/12/24) no consolidado a título de subvenções estaduais. **b. Subvenções governamentais federais:** Estão sob a esfera federal as subvenções abaixo: • Crédito presumido de PIS e COFINS conforme Lei nº 12.865/2013; • Crédito de PIS e COFINS proveniente do PRONAF conforme Lei nº 11.116/05 e Decreto nº 2.977/04; • Reconhecimento inicial dos CBIOS (Créditos de descarbonização); • Redução de 75% do IRPJ devido (Lucro da Exploração), aplicável apenas às unidades localizadas em Nova Marilândia/MT, Floriano/PI e Santo Antônio do Tauá. A Companhia, por meio das controladas Be8 Floriano Ltda., Be8 Santo Antônio do Tauá Ltda. e Be8 Nova Marilândia Ltda., é beneficiária de subvenções federais obtidas por conta da realização de investimentos nas unidades industriais sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). As subvenções são concedidas pelo prazo certo de 10 anos para os empreendimentos industriais que comprovarem, junto à Sudene e a Sudam, a realização de investimentos nas regiões prestabelecionadas, mediante instalação, modernização, ampliação ou diversificação de unidades industriais na região, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obtenção da contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento do Nordeste e Centro-Oeste. O valor das subvenções para investimento a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste em montante equivalente ao resultado da aplicação de até 75% sobre uma base de cálculo legalmente denominada "lucro da exploração", gerado por unidades industriais incentivadas. A quitação se realiza pela dedução do benefício sobre o valor devido de imposto de renda, com base na apuração do lucro real. A subvenção federal é apresentada na Demonstração do Resultado como dedução do imposto de renda da pessoa jurídica. Os prazos de vigência das subvenções federais relacionadas ao lucro da exploração em vigor são detalhados a seguir:

Unidade	Produto	Índice de redução do IRPJ (%)	Valor	Período de validade
Be8 Nova Marilândia Ltda.	Glicerol e Biodiesel	75	12.217	Jan de 2025 até dez de 2034
	Biodiesel e Glicerina	75	3.619	Jan de 2024 até dez de 2033
Be8 Floriano Ltda.	Biodiesel	75	18.030	Jan de 2021 até dez de 2030
Total			33.866	

No exercício findo em 31/12/25, foi contabilizado o montante de R\$ 328.368 (R\$ 341.352 no exercício findo em 31/12/24) na Be8 S.A. e R\$ 425.602 (R\$ 341.352 no exercício findo em 31/12/24) no consolidado a título de subvenções federais. **c. Subvenções governamentais municipais:** Através da Lei nº 5.704, de 23/01/2023, o Município de Passo Fundo (RS) conce-

	Diretoria	Contadora
Erasmoo Carlos Battistella Diretor Presidente	Carlos Augusto Reis Mostardeiro Diretor Vice-Presidente Administrativo Financeiro	Liclieli Dierings RS-086868/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionista da ECB Holding S.A. - Passo Fundo - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da ECB Holding S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025, as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado do exercício abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da ECB Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Aquisição de controlada - combinação de negócios:** Veja a nota 4 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria:** No exercício de 2025, a controlada Be8 S.A. adquiriu o controle de outras entidades mediante combinação de negócios. A contabilização de tal aquisição requer entre outros procedimentos, que a Companhia determine o valor justo dos ativos intangíveis e tangíveis adquiridos, como carteira de clientes, imobilizado e ágio por expectativa de rentabilidade futura. Estes procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento na determinação das estimativas de valores justos baseadas em metodologia, mensuração e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Devido às incertezas relacionadas às metodologias e premissas, tais como a receita líquida, vida útil, e a taxa de desconto inerentes à mensuração do valor justo, e consequentemente a determinação das informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações financeiras avaliem a natureza e os efeitos financeiros provenientes da combinação de negócios, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Leitura dos contratos celebrados que formalizaram a combinação de negócios; Com auxílio de nossos especialistas de finanças corporativas e

especialistas em avaliação de ativos tangíveis, para as aquisições por nós consideradas como significativas, avaliamos: (i) se a metodologia utilizada para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos estão consistentes com metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) se as premissas utilizadas são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado condizentes com a data base do trabalho e/ou com o orçamento aprovado pela Administração e se os argumentos apresentados são razoáveis; (iii) se os cálculos matemáticos estão corretos e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar as conclusões. • Avaliação se as divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão adequadas em relação aos requerimentos das políticas contábeis aplicáveis a transação. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a valorização da carteira de clientes, os quais não foram registrados pela companhia, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores reconhecidos e as divulgações sobre a combinação de negócios são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

deu incentivos fiscais e econômicos ao empreendimento da empresa Be8 Exportação e Importação Ltda., com a finalidade de implantação de unidade de usina produtora de Etanol, farelos, glúten vital e outros produtos a partir do processamento de cereais. A subvenção se dará na forma de ressarcimento financeiro dos investimentos de infraestrutura realizados na área em que será instalada a unidade de Usina e da Fábrica, no montante de até R\$ 56.000 (cinquenta e seis milhões de reais). **Tratamento contábil:** Os valores de subvenção destinados à aquisição de ativos não monetários foram reconhecidos em conta redutora do ativo que está em construção, no grupo de ativo imobilizado. Tal montante será reconhecido no resultado à crédito na despesa de depreciação de forma linear de acordo com a vida útil do ativo.

	31/12/25	31/12/24		
Be8 Exportação e Importação Ltda.:				
Ativo circulante	1.071	1.440		
Subvenção Municipal a Receber	1.071	1.440		
Ativo imobilizado	17.203	5.440		
Subvenções Etanol - PMPF Lei 5.899 (i)	17.203	5.440		
(i) No exercício findo em 30/09/25, a Be8 Exportação e Importação Ltda. efetuou a prestação de contas referente à subvenção concedida pelo Município de Passo Fundo, totalizando o valor de R\$ 17.203. Em decorrência desta prestação, o município já efetuou, até dezembro de 2025, o reembolso da referida subvenção no montante de R\$ 16.132, sendo que o restante será recebido ao longo dos próximos meses.				
	31/12/25	31/12/24		
Subvenção Municipal recebida (anual)	12.132	4.000		
Total	12.132	4.000		
30. Receitas e despesas financeiras:				
Receitas financeiras:				
Controladora	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Juros recebidos	-	-	28.185	29.161
Receita de aplicação financeira	502	793	165.165	74.346
Varição cambial	-	-	115.618	90.698
Varição monetária ativa	-	-	25.353	20.179
Wash-out Contratuais	-	-	3.563	1.061
Descontos obtidos	-	-	5.147	172
Outras receitas financeiras	11	226	63	251
Total receitas financeiras	513	1.019	343.093	215.868
Despesas financeiras:				
Controladora	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Tributos sobre operações financeiras	-	-	(18.711)	(7.965)
Juros pagos	(1)	-	(2.818)	(795)
Juros sobre compras a prazo	-	-	-	(592)
Descontos concedidos	-	-	(680)	(28)
Despesas bancárias	(4)	(2)	(11.200)	(11.891)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(288.227)	(169.270)
Juros de antecipações recebíveis	-	-	(24.350)	(35.390)
Apropriação custo financeiro compras fixas e bônus dólar	-	-	(88.518)	(64.747)
Outras despesas financeiras	(109)	(82)	(154)	(128)
Ganho/(Perda) valor justo instrumentos financeiros derivativos - swap de taxa de juros	-	-	(17.863)	35.239
Ganho/(Perda) liquidação instrumentos financeiros derivativos - swap de taxa de juros	-	-	(9.599)	(17.268)
Varição cambial passiva	-	-	(122.294)	(78.140)
Varição monetária passiva	-	-	(48.931)	(13.778)
Total despesas financeiras	(114)	(84)	(633.345)	(364.753)
Resultado líquido derivativos:				
Controladora	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Resultado com derivativos CBOT	-	-	(92)	(3.391)
Resultado com derivativos USD	-	-	24.519	(40.465)
Ajuste a valor justo fornecedores a fixar	-	-	6.800	(29.106)
Total resultado líquido derivativos	-	-	31.227	(72.962)
Total do resultado financeiro líquido:				
Controladora	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Total receita financeira	513	1.019	343.093	215.868
Total despesas financeiras	(114)	(84)	(633.345)	(364.753)
Total resultado líquido derivativos	-	-	31.227	(72.962)
Resultado financeiro líquido	400	935	(259.029)	(221.847)

31. Eventos subsequentes: Após 31/12/25 e até a data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, ocorreram os seguintes eventos subsequentes considerados relevantes pela Administração para fins de divulgação: **Alteração do percentual de crédito presumido de ICMS no estado do Mato Grosso:** Em 05/01/2026, com vigência retroativa desde 01/01/2026, foi publicada a Resolução nº 261/25/CONDEPRODEMAT no Diário Oficial da União (DOU), por meio da qual institui-se novas faixas de capacidade produtivas para fins de definição dos percentuais de crédito presumido de ICMS aplicáveis no âmbito do PRODEC Investe Mato Grosso Biocombustíveis. Em função desta alteração, considerando que a capacidade produtiva da planta de biodiesel da Be8 Nova Marilândia Ltda. está enquadrada no range de 290 m³/dia até 700 m³/dia, a partir de 01/01/2026, o crédito presumido de ICMS anteriormente de 75% para a ser de 80% para as saídas de biodiesel. Além disso, os percentuais a serem recolhidos ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FUNDES que antes era de 4% passa a ser 2% e o percentual a ser recolhido ao Fundo de Desenvolvimento Desportivo - FUNDED não sofreu alteração, mantendo-se em 1%. **2ª Emissão de Notas Comerciais da Be8 S.A.:** No dia 13/01/2026, foi aprovada, por meio de Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária da Be8 S.A., a 2ª emissão de notas comerciais escriturais, com garantia real, em série única, para colocação privada, no valor total de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), a ser celebrada entre o Banco do Brasil S.A., a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e a Be8 S.A. Em 10/02/2026, ocorreu a liberação dos recursos, os quais foram integralmente recebidos pela Companhia. Os valores captados serão destinados ao financiamento dos investimentos (CAPEX) das unidades do Grupo. **Aprovação pelo CADE do processo de aquisição da Florida Biocombustível Ltda. e conclusão da aquisição:** No dia 27/11/25, a Be8 S.A. assinou um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a União Agrodustrial Ltda. Por meio da transação, a Be8 adquiriu 100% das quotas da Florida Biocombustível Ltda., sendo esta uma planta industrial produtora de biodiesel e seus subprodutos, localizada na cidade de Alto Araguaia, no Mato Grosso. A operação esteve sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que emitiu a certidão de trânsito em julgado no dia 08/01/2026. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, o Termo de Fechamento da transação não havia sido assinado devido às condições precedentes previstas contratualmente. O preço de aquisição está estimado em aproximadamente R\$ 400.000, porém, ainda está sujeito a ajustes pós-fechamento conforme previsto em contrato. O pagamento será a prazo conforme condições negociadas entre as partes e previstas contratualmente. No contexto da aquisição, a Companhia está em processo de cálculo dos ajustes de preço pós-fechamento da operação, bem como está em processo de elaboração do laudo de alocação do preço pago (Purchase Price Allocation) da aquisição, conforme requerido pelo CPC 15 - Combinações de negócios. Não foi possível, até a presente data, a conclusão do respectivo laudo. Com a efetivação da operação, a Be8 amplia a liderança no mercado de biodiesel, com crescimento de 16,7% na capacidade instalada, que passa a ser de 1,71 bilhão de litros por ano. **Assinatura de contrato junto ao Badesul - Projeto Hidrogênio Verde da Be8 S.A.:** Em 07/11/25, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação de operação de crédito que, em 29/01/2026, resultou na assinatura do contrato de Cédula de Crédito Bancário (Programa H2V - nº 001/2026) junto ao Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS, no âmbito da Chamada Pública - Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva de Hidrogênio Verde no Estado do Rio Grande do Sul - H2V-RS (Edital de Chamada Pública nº 01/25), no montante de R\$ 29.773. Em 2026, o sócio Erasmo Carlos Battistella realizou aportes financeiros na modalidade de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), no montante total de R\$ 4.300 (quatro milhões e trezentos mil reais), destinados à ECB Holding S.A.

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES (HBTSS)
 CNPJ Nº 87.762.563/0001-03 NIRE Nº 43300010007 COMPANHIA ABERTA
AVISO AOS ACIONISTAS - PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que iniciaremos o pagamento dos dividendos aprovados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 24.04.2026, de forma parcelada, com base na posição acionária do dia 24 de abril de 2026, obedecendo às seguintes condições:

1. Em 15 de junho de 2026 será paga a 1ª parcela no montante de R\$ 20.000.001,80 (vinte milhões, um real e oitenta centavos de reais), à razão de R\$ 1,833075 por ação ON, R\$ 2,016382 por ação PN 'A' e R\$ 72,644028 por ação PN 'B'. O saldo remanescente, conforme deliberado na AGOE, será pago até 31 de dezembro de 2026, em data a ser oportunamente informada aos acionistas e ao mercado, sem a aplicação de atualização monetária ou incidência de juros entre a data de declaração e as datas dos efetivos pagamentos.

2. Instruções quanto ao pagamento dos dividendos:

2.1. Os acionistas terão seus créditos disponíveis em seus respectivos domicílios bancários fornecidos à Companhia, a partir da data de início de distribuição deste direito;

2.2. Os acionistas usuários das custódias fiduciárias terão seus dividendos creditados, conforme procedimentos adotados pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão;

2.3. Os acionistas, cujo cadastro não tenha a inscrição do CPF/CNPJ ou a indicação de Banco/Agência/Conta Corrente, deverão comparecer na sede da Companhia, a partir de 15 de junho de 2026, para recebimento dos dividendos a que fazem jus, munidos de documento de identidade e CPF, se Pessoa Física, ou Cartão do CNPJ e ata ou contrato social indicando o representante legal, se Pessoa Jurídica, e, quando representados por procurador habilitado, cópia da Procuração;

2.4. Os dividendos ficarão à disposição dos respectivos acionistas na sede da Companhia, pelo prazo legal, até seu recebimento ou eventual prescrição, e serão pagos aos respectivos titulares ou representantes legais pelo valor nominal creditado, não sujeito à incidência de juros ou atualização monetária.

3. Local de Atendimento aos Acionistas: Departamento de Relações com Investidores, na Av. Carlos Gomes, 400, sala 505, Bairro Boa Vista, Ed. João Benjamim Zaffari, CEP/90.480-900, Porto Alegre, RS, das 13:30 às 17:30 horas. Contato através do endereço eletrônico: ri@habitasul.com.br, ou telefone (51) 3303-3893 + Ramais 4010 e 4009.

Porto Alegre, 28 de maio de 2026.
BRUNO COSTA DE JESUS
 Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores

Fortaleça sua presença
*onde as escolhas
 acontecem.*

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

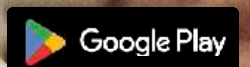


Acesse
 o QR Code
e anuncie

Siga nossas redes sociais:



Baixe o App:



PUBLICIDADE LEGAL

Taurus Armas S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 92.781.335/0001-02 - NIRE 4330000739-1

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada às 14:00 do Dia 29 de Abril de 2026

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 29 de abril de 2026, às 14h00, na sede social da Taurus Armas S.A. ("Companhia"), na cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida São Borja, nº 2.181, prédio A, bairro Fazenda São Borja, CEP 93035-411. **2. Convocação:** O Edital de Convocação foi publicado no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul nos dias 27, 30 e 31 de março de 2026, nas páginas 14, 5 e 4 da versão eletrônica, e 2 da versão impressa, conforme disposto no artigo 124, parágrafo 1º, inciso II da Lei das S.A. **3. Presença:** Presentes acionistas titulares de 45.121.050 ações ordinárias, representando aproximadamente 88,32% do capital social com direito a voto, e acionistas titulares de 23.378.808 ações preferenciais, representando aproximadamente 16,75% do capital social sem direito a voto da Companhia, desconsideradas as ações em tesouraria, em Assembleia Geral Ordinária, conforme presença registrada no Livro de Presença de Acionistas da Companhia, mediante (i) assinaturas lançadas presencialmente e (ii) Boletins de Voto à Distância recebidos nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81/22"). Presentes, também, o Sr. Salesio Nuhs (Diretor Presidente), o Sr. Sergio Castilho Sgrillo Filho (Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), na qualidade de representantes da administração; o Sr. Mauro César Medeiros de Mello, na qualidade de representante do Conselho Fiscal; o Sr. Sergio Laurimar Fioravanti, como representante do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria e Riscos, em observância ao inciso 31-B, §2º, II da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021; e a Sra. Angélica Ribeiro de Almeida e o Sr. Jonas Dal Ponte, na qualidade de representantes da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. **4. Publicações:** O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, e as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram publicados no dia 27 de março de 2026, no Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul (nas páginas 3 e 4 da versão impressa e nas páginas 6, 7, 8, 9 e 10 da versão eletrônica, respectivamente), nos termos dos artigos 133 e 289 da Lei das S.A. **5. Proposta da Administração:** A proposta da administração, contendo as informações e documentos necessários para o exercício do direito de voto na presente Assembleia, foi colocada à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos *websites* da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), com a antecedência determinada pela lei e pelas normas da CVM. **6. Composição da Mesa:** Nos termos do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e do artigo 128 da Lei das S.A., o Sr. Neandro Bagatini Lazaron é indicado para a presidência da mesa, convidando o Sr. Julio Maia Vidal para secretariá-lo. **7. Ordem do Dia:** (i) tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos auditores independentes, Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos e Parecer do Conselho Fiscal; (ii) examinar, discutir e votar a destinação de resultados e distribuição de dividendos referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) eleger os membros do Conselho Fiscal; (iv) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária para o exercício social de 2026; e (v) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026. **8. Leitura de Documentos:** Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, uma vez que todos já foram devida e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento dos acionistas. Além disso, nenhum acionista solicitou a leitura do mapa de votação sintético consolidado, que foi disponibilizado para consulta na forma do parágrafo único do artigo 46-C da Resolução CVM 81/22. **9. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **9.1.** Aprovar, por unanimidade, a lavratura da ata desta Assembleia Geral na forma de sumário, contendo transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme dispõe o art. 130, §1º, da Lei das S.A., e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes na forma do § 2º do mesmo artigo da Lei das S.A. **9.2.** Aprovar, por maioria, e sem ressalvas, conforme mapa de votação constante do **Anexo I**, as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos e Parecer do Conselho Fiscal. **9.3.** Aprovar, por maioria, conforme mapa de votação constante do **Anexo I**, a seguinte destinação dos resultados e distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025: (i) O valor de R\$ 883.676,36 (oitocentos e oitenta e três mil, seiscentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos) é destinado para a reserva legal; (ii) O valor de R\$ 16.017.407,76 (dezesseis milhões, dezessete mil, quatrocentos e sete reais e setenta e seis centavos) para a reserva de incentivos fiscais; (iii) O valor de R\$ 465.009,02 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, nove reais e dois centavos) compõe ajuste de avaliação patrimonial; (iv) Serão distribuídos R\$ 433.108,24 (quatrocentos e trinta e três mil, cento e oito reais e vinte e quatro centavos) correspondentes aos dividendos obrigatórios da Companhia, equivalentes a 35% (trinta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, correspondendo ao valor de aproximadamente R\$ 0.0031114, por ação ordinária ou preferencial. O pagamento dos dividendos ora aprovados ocorrerá no dia 15 de junho de 2026, sem qualquer atualização ou juros entre a data desta Assembleia e a data do seu pagamento, utilizando-se como base a posição dos acionistas na data desta Assembleia. As ações da Companhia serão negociadas na condição "com" até e incluindo o dia 29 de abril de 2026, e passarão a ser negociadas "ex-dividendos" a partir de 30 de abril de 2026; e (v) O valor de R\$ 804.343,86 (oitocentos e quatro mil, trezentos e quarenta e três reais e oitenta e seis centavos) é destinado à reserva estatutária prevista no art. 41 do Estatuto Social. **9.4.** Aprovar, por maioria dos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias, conforme mapa de votação constante do **Anexo I**, a eleição em separado dos seguintes membros para compor o Conselho Fiscal da Companhia: (i) como **membro titular** o Sr. **Valmir Pedro Rossi**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade sob o nº 55.080.446-8 SSP-SP, residente e domiciliado na Rua Carlos Steinen, nº 355, apartamento 31, Paraíso, São Paulo/SP, e como **membro suplente**, o Sr. **Paulo Roberto Bellentani Brandão**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade OAB/SP sob o nº 273.180, residente e domiciliado na Rua Benta Pereira, nº 315, apt. 132, Torre Horizonte, CEP 02451-000, São Paulo/SP. **9.5.** Aprovar, por maioria dos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais, conforme mapa de votação constante do **Anexo I**, a eleição em separado dos seguintes membros para compor o Conselho Fiscal da Companhia: (i) como **membro titular** o Sr. **Luciano Luiz Barsi**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.541.838-72, portador do RG nº 18.558.517-6 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Nagib Izar, nº 258, Jardim Anália Franco, São Paulo/SP, e como **membro suplente**, Sr. **Hério Paulo S. Andriola**, brasileiro, casado, consultor tributário, inscrito no CPF/MF sob o nº 410.353.800-72, portador do RG nº 502413526-SJS-RS, residente e domiciliado na Rua Carlos Trein Filho, nº 870, 1001, CEP 90450-120, Auxiliadora, Porto Alegre/RS. **9.6.** Aprovar, por maioria dos demais acionistas, excluídos aqueles que votaram no âmbito das eleições em separado, conforme mapa de votação constante do **Anexo I**, a eleição e recondução dos seguintes membros titulares e respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia: (i) como **membro titular** o Sr. **Alex Leite do Nascimento**, brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 073.778.627-26, portador do RG nº 10.535.232-2 - IFF/RJ, residente e domiciliado na Av. Vice Presidente José de Alencar, nº 1515, bloco 4, apt. 409, Jacarapaguá, Rio de Janeiro/RJ, e como **membro suplente**, o Sr. **Benjamin Teixeira Dourado**, brasileiro, casado, bacharel em ciências econômicas, inscrito no CPF/MF sob o nº 812.032.508-78, portador do RG nº 8.422.459-9 - SSP/SP, residente e domiciliado na Av. Vereador Belarmino Pereira de Carvalho, nº 8.501, bairro Petrópolis, Mairiporã/SP; (ii) como **membro titular**, o Sr. **Haroldo Zago**, brasileiro, viúvo, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 206.982.758-53, portador do RG nº 502188, residente e domiciliado na Rua Padre Teixeira, nº 1357, apto. 21, bairro Centro, São Carlos/SP, e como **membro suplente**, o Sr. **Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 391.017.545-72, e na OAB/RJ sob o nº 147.840, residente e domiciliado na Rua Dezenove de Fevereiro, nº 123, apto. 805, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ; e (iii) como **membro titular**, o Sr. **Mauro César Medeiros de Mello**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 097.687.857-72, portador da identidade nº 70378 - CRE/RJ, residente e domiciliado na Av. Semambetiba, nº 3626, apto. 502, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, e como **membro suplente**, o Sr. **Nildo Teixeira Freire**, brasileiro, separado, contador, inscrito no CPF/MF sob o nº 324.026.787-04, portador do RG nº 11268161-4, residente e domiciliado na Rua Sambaíba, nº 699, bloco 2, apto. 203, Leblon, Rio de Janeiro/RJ. Os conselheiros fiscais ora eleitos preenchem os requisitos previstos nos artigos 162 e 147 da Lei das S.A. e no Estatuto Social e serão investidos em seus cargos mediante a assinatura dos termos de posse lavrados em livro próprio, que incluirá a declaração de atendimento aos referidos requisitos. **9.7.** Aprovar, por maioria, conforme mapa de votação constante do **Anexo I**, a proposta de remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026, considerando remuneração fixa e variável dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, de até **R\$ 16.498.168,55 (dezesseis milhões quatrocentos e noventa e oito mil cento e sessenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos)**, cabendo ao Conselho de Administração a sua distribuição aos membros da administração, nos termos do inciso XXII do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia. **9.8.** Aprovar, por maioria, conforme mapa de votação constante do **Anexo I**, a fixação da remuneração anual dos membros do Conselho Fiscal em **R\$ 768.838,76 (setecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e trinta e oito reais e setenta e seis centavos)** em atenção às disposições da Lei das S.A. e do parágrafo 2º do artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, que estabelecem que a remuneração de cada membro em exercício do Conselho Fiscal não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do que for atribuído, em média, a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. **10. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia Geral Ordinária, da qual o Secretário lavrou a presente Ata, na forma sumária, que, lida e aceita em todos os seus termos, foi assinada, considerando-se assinantes também os acionistas que enviaram suas instruções de voto por meio de boletim de voto à distância, nos termos do art. 47, §1º da Resolução CVM 81/22. Confere com original lavrado em livro próprio. São Leopoldo/RS, 29 de abril de 2026. **Mesa:** Neandro Bagatini Lazaron - Presidente; Julio Maia Vidal - Secretário. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul** - Certifico registro sob o nº 11751601 em 11/05/2026 da Empresa TAURUS ARMAS S.A., CNPJ 92781335000102 e protocolo 261788272 - 07/05/2026. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.